



RELATÓRIO DA CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA 3ª VARA DO TRABALHO DE PASSO FUNDO EM 05.05.2016

Aos 05 dias do mês de maio de 2016, compareceu à sede da 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo a Excelentíssima Senhora **MARIA DA GRAÇA RIBEIRO CENTENO**, Desembargadora Corregedora do Tribunal do Trabalho da 4ª Região, acompanhada da Assistente da Assessoria Administrativa da Secretaria da Corregedoria Adriana Stangler e da Assistente da Assessoria Técnico-Operacional Cristina Bottega, para Correição Ordinária anual, nos termos legais e regimentais, conforme os autos do Processo Administrativo nº 0001594-57.2016.5.04.0000. A Desembargadora Corregedora e a sua equipe foram recebidas pela Juíza Titular, Rozi Engelke, pelo Juiz Substituto Evandro Urnau, pela Diretora de Secretaria, Marlene Lúcia Dill Rizzato e pelos servidores lotados nessa Unidade Judiciária. Com base nas informações prestadas pelos Gestores, nos autos de processos analisados e nos dados oriundos dos sistemas disponibilizados a essa Corregedoria Regional, apurou-se o seguinte:

1 INFORMAÇÕES GERAIS

Data da instalação da Vara do Trabalho: 07.12.2011

Data da última correição realizada: 23.06.2015

Data de Implantação do PJe: 17.09.2014

Jurisdição: Camargo, Casca, Coxilha, Ernestina, Gentil, Itapuca, Marau, Mato Castelhana, Montauri, Nicolau Vergueiro, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santa Cecília do Sul, Santo Antônio do Palma, Serafina Corrêa, Sertão, São Domingos do Sul, Tapejara, Vanini, Vila Lângaro, Vila Maria e Água Santa.

1.1 Período Correcionado: de 1º.01.2015 a 05.05.2016

2 ESTRUTURA FUNCIONAL

2.1 JUÍZES

2.1.1 Juíza Atual

Juíza	Situação	Período
Rozi Engelke	Juíza Titular	Desde 18.04.2016

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)

2.1.2 Circunscrição

Nos termos da Portaria nº 01/2015, da Corregedoria Regional deste TRT, a 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, pertence à 66ª circunscrição da jurisdição territorial da Justiça do Trabalho da 4ª Região, juntamente com a 1ª, 2ª e 4ª Varas da Comarca, o Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau e a 1ª,



2ª e 3ª Varas do Trabalho de Erechim. Essa circunscrição compreende 04 (quatro) vagas de zoneamento, ocupadas pelos Juízes **Paula Silva Rovani Weiler**, **Evandro Luís Urnau**, **Nelsilene Leão de Carvalho Dupin** e **Táise Sanchi Ferrão**.

2.1.3 Juízes que Atuaram no Período Correcionado

	Juiz (a)	Período(s)	Situação/Motivo	Total
1	Flávia Cristina Padilha Vilande	02.04.2012 a 24.05.2015	Juíza Titular	3 anos, 1 mês e 23 dias
2	Diogo Souza	25.05 a 22.11.2015	Juiz Titular	5 meses e 28 dias
3	Rachel Hochmann de Freitas	23.11.2015 a 17.04.2016	Juíza Titular	4 meses e 25 dias
4	Rubiane Solange Gassen Assis	09.02 a 10.03.2015	Férias da Juíza Titular	1 mês e 2 dias
5	Paula Silva Rovani Weiler (Juíza Substituta Zoneada na circunscrição)	19.03.2015	Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	1 dia
6	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin (Juíza Substituta Zoneada na circunscrição)	23.03.2015 11 a 13.04.2015	Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	4 dias
7	Gabriela Lenz de Lacerda	24 a 29.03.2015	Licença para Tratamento de Saúde (LTS) da Juíza Titular	6 dias
8	Táise Sanchi Ferrão (Juíza Substituta Zoneada na circunscrição)	13.04 a 17.05.2015	Atuação como Juíza Auxiliar	69 dias
		14.09 a 18.10.2015	Férias do Juiz Titular	
9	Maurício Graeff Burin	23 a 25.11.2015	Juíza Titular atuando na Vara do Trabalho de Frederico Westphalen	20 dias
		26.11 a 13.12.2015	Férias da Juíza Titular	
10	Sheila Spode	14 a 20.12.2015	Férias da Juíza Titular	7 dias
11	Evandro Luís Urnau (Juiz Substituto Zoneado na circunscrição)	16.03.2016 31.03 a 03.04.2016 07 a 10.04.2016 21 a 24.04.2016 28.04 a 01.05.2016	Atuação como Juiz Auxiliar	17 dias
12	Rozi Engelke	Juíza Titular desde 18.04.2016		Há 18 dias

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)



2.1.4 Afastamentos dos Juizes Titulares durante o Período Correcionado

Juiz (a)	Motivo	Dias de Afastamento	Total
Flávia Cristina Padilha Vilande	Férias	09.02 a 10.03.2015	30 dias
	Licença para Tratamento de saúde em pessoa da família	17 a 31.03.2015	15 dias
Diogo Souza	Férias	14.09 a 18.10.2015	35 dias
Raquel Hochmann de Freitas	Férias	26.11 a 20.12.2015	25 dias
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	08 a 14.04.2016	7 dias
Rozi Engelke	-	-	-

(Fonte: Informações disponibilizadas pela Secretaria de Apoio aos Magistrados em 26.04.2016)

2.2 SERVIDORES

2.2.1 Servidores lotados na Unidade Judiciária

Considerando o que consta do Provimento CGJT nº 02/2015 da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, na recomendação contida na Ata de Correição Ordinária da CGJT realizada na 4ª Região em 2015, e ainda conforme os Processos Administrativos nº 0003511-48.2015.5.04.0000 e nº 0004510-98.2015.5.04.0000, restou determinado, dentre outros aspectos, que a lotação de pessoal ocorrerá exclusivamente em Vara do Trabalho quando na circunscrição houver Posto Avançado. Assim, os servidores anteriormente lotados em Postos Avançados vinculados à Vara única foram relotados na respectiva Vara, e os servidores lotados em Postos vinculados a Foro Trabalhista com mais de uma Unidade Judiciária foram distribuídos proporcionalmente entre as Varas pertencentes àquele Foro. Dessa forma, cada Posto Avançado funcionará com servidores lotados em Varas colocados à sua disposição.

Apresenta-se na tabela a seguir parte da nova estrutura organizacional com lista de pessoal da 3ª Vara de Passo Fundo, onde constam os servidores que atualmente estão à disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau:

Servidores lotados na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
1	Marlene Lucia Dill Rizzatto	Analista Judiciário - Área Judiciária	Diretora de Secretaria (CJ3)	13.12.2011
2	Lucas Sant'Ana de Lima ¹	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente de Juiz Titular (FC05)	18.12.2015



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

3	Everaldo Gomes Zanatta	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente da Diretora de Secretaria (FC04)	07.12.2011
4	Rodrigo Fontana Pereira	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Secretário de Audiência (FC03)	13.12.2011
5	Ana Luiza Moreira Pereira	Analista Judiciário - Área Judiciária	Assistente (FC02)	12.12.2012
6	Patrícia Saccomori Bolner	Técnico Judiciário – Área Administrativa	Assistente (FC02)	24.06.2015
7	Elaine Maria Pedroso de Moraes	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	07.12.2011
8	João Miguel Ribas	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.12.2012
9	Sueli Capelari	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	12.12.2012
10	Ana Carolina Piccinin de Moura	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	26.08.2013
11	Luciana Farias Montenegro Bastos	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	10.03.2014
Servidores lotados na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo à Disposição do Posto Avançado da Justiça do Trabalho de Marau				
	Servidor (a)	Cargo	Função	Data de Exercício na Unidade Judiciária
12	Fabio Model Machado	Técnico Judiciário – Área Administrativa	-	05.11.2014
13	Everton Carpinete de Oliveira	Analista Judiciário - Área Judiciária	-	08.01.2016

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos* em 11.04.2016 e atualização em 27.04.2016, em virtude da remoção do servidor Werner Herwig Gijzen).

* Observação: O Sistema Recursos Humanos registra previsão de entrada da servidora Carolina Basílio Santos, atualmente lotada na 1ª Vara do Trabalho de Bagé.

¹ O Sistema Recursos Humanos registra previsão de saída do servidor Lucas Sant'ana de Lima para lotação na 2ª Vara do Trabalho de Lajeado na função de Assistente de Juiz – FC05.

2.2.2 Padronização da Estrutura de Pessoal – Resolução nº 63/CSJT

Processos Recebidos (Média Trienal dos anos de 2013, 2014 e 2015)	Faixa Processual (Resolução nº 63/2010)	Lotação na Unidade Judiciária	Lotação Adequada (Resolução nº 63/2010)
1.328 processos	1.001 a 1.500	13 servidores	11 a 12 servidores



A Resolução nº 63/2010 do CSJT instituiu a padronização da estrutura organizacional e de pessoal dos órgãos da Justiça do Trabalho de primeiro e segundo grau. Consideradas as alterações realizadas posteriormente pelas Resoluções nº 77 e 83/2011, também do CSJT, e, visando ao cumprimento da Meta Nacional nº 3 do Conselho Nacional de Justiça para o exercício de 2014, o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região adotou os seguintes critérios para definição da lotação mínima das unidades judiciárias de 1º grau: a) quando a movimentação processual se situar na metade inferior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite inferior e b) quando a movimentação processual se situar na metade superior da faixa correspondente, o quantitativo de servidores será igual ao do limite superior. A Administração estabeleceu como diretriz a utilização do número máximo de servidores previsto na Resolução CSJT 63/2010, sempre que possível, para cada faixa de movimentação processual das Varas do Trabalho.

Com base no exposto, o número atual de servidores da 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo **excede** os parâmetros previstos nas referidas normas.

Há que se ressaltar, no entanto: a) diante da publicação recente do Provimento CGJT nº 02/2015 determinando a relocação de servidores dos Postos Avançados nas Varas Trabalhistas da respectiva circunscrição e, b) o conseqüente e necessário retorno dos processos então distribuídos aos Postos Avançados para as respectivas Varas - que as faixas processuais e a adequação de lotação das Unidades Judiciárias constantes da Resolução CSJT nº 63/2010 e alterações posteriores, carecerão de análise. Nesse sentido, visando fazer frente aos dados administrativos e judiciários advindos da tomada em conjunto de informações a partir do momento presente, buscar-se-á ajustar o dimensionamento da estrutura de pessoal à nova realidade imposta pela concentração de registro dos processos trabalhistas em Varas.

2.2.3 Afastamentos dos Servidores durante o Período Correcionado

Servidor (a)	Motivo	Nº de dias de Afastamento	Total (em dias)
Ana Carolina Piccinin de Moura	Dispensa Médica (DM)	2	192
	Licença-Gestante (LG)	120	
	Licença-Gestante Prorrogação(LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10	
Ana Luiza Moreira Pereira	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	1
Elaine Maria Pedroso de Moraes	Curso ou Evento (CURS)	2	11
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	9	
Everaldo Gomes Zanatta	Curso ou Evento (CURS)	1	1
Everton Carpinete de Oliveira* <i>(desde 08.01.2016)</i>	Curso ou Evento (CURS)	2	2



Fábio Model Machado	Férias servidor sem folha (FSSF)	20	26
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	6	
João Miguel Ribas	Curso ou Evento (CURS)	1	4
	Fruição dos Dias Trabalhados nas Eleições (TREF)	3	
Lucas Sant'Ana de Lima* <i>(desde 18.12.2015)</i>	-	-	-
Luciana Farias Montenegro Bastos	Licença-Gestante (LG)	120	183
	Licença-Gestante Prorrogação(LG)	60	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	3	
Marlene Lucia Dill Rizzato	Curso ou Evento (CURS)	4	5
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	1	
Patrícia Saccomori Bolner* <i>(desde 24.06.2015)</i>	Curso ou Evento (CURS)	2	6
	Doença em Pessoa da Família (LPF)	1	
	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	2	
	Licença para Tratamento de Saúde - odontológico (LTS)	1	
Rodrigo Fontana Pereira	Licença para Tratamento de Saúde (LTS)	10	10
Sueli Capelari	Curso ou Evento (CURS)	2	2

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 e atualização em 26.04.2016, em virtude da remoção do servidor Werner Herwig Gijssen).

* Servidor(a) lotado(a) na Unidade Judiciária inspecionada durante a vigência do período correccionado: somente são computados os afastamentos ocorridos a partir da data da vinculação do servidor à referida Unidade.

2.2.4 Greve dos Servidores durante o Período Correccionado

Considerando sua influência nos dados estatísticos, registra-se o **movimento grevista deflagrado pelos servidores do Judiciário Federal no ano de 2015**. Na Vara do Trabalho inspecionada, houve restrição de horário dos expedientes externo e interno no período de 22.06 a 14.09.2015, mantidos a realização de audiências e o curso dos prazos processuais, totalizando 2 meses e 23 dias de adesão à greve pelos servidores, conforme as **Portarias n. 01 e 02/2015** da Coordenadoria de Controle da Direção do Foro, expedidas pela Juíza Diretora do Foro à época, Cristiane Bueno Marinho.



2.2.5 Movimentação de Servidores durante o Período Correccionado

	Servidor (a)	Data de Lotação	Data de Saída	Tempo de Permanência na Unidade Judiciária	Motivo da Saída
1	Marcelo Ruschel de Moura	13.08.2012	02.02.2015	2 anos, 5 meses e 20 dias	Lotação na Secretaria da Corregedoria - Assistente de Juiz (FC05)
2	Silviane Deporte Antunes Hamerski	16.04.2012	26.05.2015	3 anos, 1 mês e 11 dias	Lotação na 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre – Diretor de Secretaria (CJ3)
3	José Antônio Machado*	09.03.2015	26.05.2015	2 meses e 18 dias	Lotação na 25ª Vara do Trabalho de Porto Alegre - Assistente de Juiz (FC05)
4	Marcos Dias Marino*	29.05.2015	17.12.2015	6 meses e 19 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Caxias do Sul - Assistente de Juiz (FC05)
5	Werner Herwig Gijsen**	07.01.2016	19.04.2016	3 meses e 13 dias	Lotação na 2ª Vara do Trabalho de Lajeado – Diretor de Secretaria (CJ3)

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016, atualização em 26.04.2016 em virtude da remoção do servidor Werner Herwig Gijsen).

* O servidor já ocupava função comissionada de Assistente de Juiz Titular (FC05) na Vara do Trabalho correccionada.

** O servidor já ocupava a função comissionada de Diretor de Secretária (CJ3) na Vara do Trabalho inspecionada.

2.3 CAPACITAÇÃO

2.3.1 Capacitação dos Juizes Titulares e dos Juizes Substitutos Zoneados durante o Período Correccionado

Juiz (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)	
Titulares	Flávia Cristina Padilha Vilande	-	-	17,5	17,5



	Diogo Souza	-	-	13,5	13,5
	Raquel Hochmann de Freitas	-	-	42,5	42,5
	Rozi Engelke	-	-	97	97
Substitutos zoneados	Evandro Luís Urnau	-	-	67,5	67,5
	Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	-	-	36	36
	Paula Silva Rovani Weiler	-	-	69,5	69,5
	Táise Sanchi Ferrão	-	-	6	6

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 e atualização em 26.04.2016 – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de vinculação do Magistrado nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

2.3.2 Capacitação dos Servidores durante o Período Correccionado

Servidor (a)	Gestão Estratégica (em horas)	PJe (em horas)	Demais Cursos (em horas)	Total (em horas)
Ana Carolina Piccinin de Moura	-	-	35	35
Ana Luiza Moreira Pereira	-	-	-	-
Elaine Maria Pedroso de Moraes	-	-	42	42
Everaldo Gomes Zanatta	-	-	88	88
Everton Carpinete de Oliveira	-	-	372	372
Fábio Model Machado	-	-	100	100
João Miguel Ribas	-	8	21	29
Lucas Sant'Ana de Lima	-	-	44	44
Luciana Farias Montenegro Bastos	-	-	-	-
Marlene Lucia Dill Rizzato*	-	-	76,5	76,5
Patrícia Saccomori Bolner	-	-	122	122
Rodrigo Fontana Pereira	-	-	64	64
Sueli Capelari	-	-	32	32

(Fonte: Consulta ao Sistema Recursos Humanos em 12.04.2016 e atualização em 26.04.2016 em virtude da remoção do servidor Werner Herwig Gijssen – a totalização da carga horária de capacitação não leva em consideração a data de lotação do servidor nem sua permanência em uma Unidade Judiciária específica).

* Gestora da Unidade Judiciária.

3 MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL

3.1 FAIXA DE MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE

Nos termos dos anexos III e IV da Resolução nº 63/2010 do CSJT, foram estabelecidas faixas de movimentação processual para padronização estrutural e de pessoal dos órgãos de primeiro grau da Justiça do Trabalho. Para fins comparativos e de análise da evolução dos dados estatísticos, as Varas do



Trabalho da 4ª Região foram classificadas conforme os critérios de movimentação processual estabelecidos naquela Resolução.

Em face disso, a 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo foi enquadrada na faixa de movimentação processual de 1.001 a 1.500 processos por ano. **Essa média foi obtida com a soma dos processos que tramitam na própria Unidade, bem como aqueles que tramitam no Posto Avançado de Marau, mas que estão vinculados à 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo.**

Dessa forma, os dados estatísticos da Unidade serão comparados com a média das demais Unidades Judiciárias situadas na mesma faixa de movimentação processual constantes do quadro abaixo, bem como com a média de toda as unidades de 1ª instância de todo o TRT4.

Unidades Judiciárias com 1.001 a 1.500 processos por ano	2013	2014	2015	Média
Alvorada - 1ª Vara	1.033	1.069	1.161	1.087,67
Bagé - 1ª Vara	1.261	1.354	1.222	1.279,00
Bagé - 2ª Vara	1.251	1.362	1.212	1.275,00
Cachoeirinha - 1ª Vara	1.289	1.372	1.616	1.425,67
Cachoeirinha - 2ª Vara	1.298	1.379	1.606	1.427,67
Camaquã - 1ª Vara	780	1.239	1.072	1.030,33
Canoas - 1ª Vara	1.377	1.463	1.625	1.488,33
Canoas - 2ª Vara	1.365	1.496	1.555	1.472,00
Canoas - 3ª Vara	1.413	1.431	1.556	1.466,67
Canoas - 4ª Vara	1.368	1.497	1.581	1.482,00
Carazinho - 1ª Vara	1.351	1.520	1.492	1.454,33
Caxias do Sul - 6ª Vara	1.329	1.423	1.594	1.448,67
Cruz Alta - 1ª Vara	1.009	1.160	1.261	1.143,33
Farroupilha - 1ª Vara	936	1.118	1.303	1.119,00
Gramado - 1ª Vara	932	1.047	1.230	1.069,67
Gramado - 2ª Vara	933	1.043	1.207	1.061,00
Gravataí - 1ª Vara	1.203	1.373	1.522	1.366,00
Gravataí - 2ª Vara	1.200	1.348	1.506	1.351,33
Gravataí - 3ª Vara	1.204	1.359	1.524	1.362,33
Gravataí - 4ª Vara	1.214	1.343	1.515	1.357,33
Ijuí - 1ª Vara	1.110	1.202	1.006	1.106,00
Lajeado - 1ª Vara	1.203	1.362	1.219	1.261,33
Lajeado - 2ª Vara	1.223	1.359	1.197	1.259,67
Montenegro - 1ª Vara	1.256	1.314	1.308	1.292,67



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 4ª REGIÃO
CORREGEDORIA REGIONAL

Novo Hamburgo - 1ª Vara	1.218	1.263	1.230	1.237,00
Novo Hamburgo - 2ª Vara	1.260	1.286	1.252	1.266,00
Novo Hamburgo - 3ª Vara	1.263	1.327	1.222	1.270,67
Novo Hamburgo - 4ª Vara	1.301	1.292	1.248	1.280,33
Novo Hamburgo - 5ª Vara	1.236	1.305	1.218	1.253,00
Palmeira das Missões - 1ª Vara	1.068	1.013	1.350	1.143,67
Passo Fundo - 1ª Vara	1.229	1.185	1.448	1.287,33
Passo Fundo - 2ª Vara	1.144	1.165	1.499	1.269,33
Passo Fundo - 3ª Vara	1.188	1.414	1.383	1.328,33
Passo Fundo - 4ª Vara	1.191	1.402	1.439	1.344,00
Pelotas - 1ª Vara	1.235	1.164	1.115	1.171,33
Pelotas - 2ª Vara	1.234	1.168	1.112	1.171,33
Pelotas - 3ª Vara	1.237	1.155	1.098	1.163,33
Pelotas - 4ª Vara	1.228	1.171	1.110	1.169,67
Porto Alegre - 18ª Vara	1.500	1.111	1.504	1.371,67
Santa Cruz do Sul - 1ª Vara	1.188	1.186	1.295	1.223,00
Santa Cruz do Sul - 2ª Vara	1.275	1.202	1.360	1.279,00
Santa Cruz do Sul - 3ª Vara	1.146	1.223	1.319	1.229,33
Santa Maria - 1ª Vara	1.135	1.197	1.360	1.230,67
Santa Maria - 2ª Vara	1.134	1.195	1.323	1.217,33
Santo Ângelo - 1ª Vara	1.160	1.330	1.250	1.246,67
São Jerônimo - 1ª Vara	970	1.104	1.120	1.064,67
Sapiranga - 1ª Vara	1.407	1.509	1.282	1.399,33
Sapiranga - 2ª Vara	1.411	1.447	1.268	1.375,33
Sapiranga - 3ª Vara	1.411	1.447	1.280	1.379,33
Taquara - 1ª Vara	1.398	1.379	1.349	1.375,33
Taquara - 2ª Vara	1.408	1.342	1.588	1.446,00
Taquara - 3ª Vara	1.411	1.347	1.333	1.363,67
Taquara - 4ª Vara	1.399	1.331	1.360	1.363,33
Triunfo - 1ª Vara	1.211	1.473	1.160	1.281,33
Uruguaiana - 1ª Vara	1.588	1.273	1.161	1.340,67
Uruguaiana - 2ª Vara	1.581	1.254	1.140	1.325,00
Unidades com 1.001 a 1.500 processos por ano	69.303	72.293	74.266	1.284,89



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

3.2 ACERVO DE PROCESSOS EM TRAMITAÇÃO

Situação	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015- 2016
Pendentes de finalização na fase de conhecimento*	2.234	2.254	0,90%	2.353	4,39%
Pendentes de finalização na fase de liquidação**	161	165	2,48%	220	33,33%
Pendentes de finalização na fase de execução***	864	956	10,65%	931	-2,62%
Cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução	50	41	-18,00%	53	29,27%
Total	3.309	3.416	3,23%	3.557	4,13%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

* Consideram-se finalizados, na fase de conhecimento, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso; b) arquivados definitivamente; c) com entrega definitiva dos autos à parte; d) com início da fase de liquidação ou de execução.

** Consideram-se finalizados, na fase de liquidação, os processos: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para liquidação; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais; d) com execução iniciada.

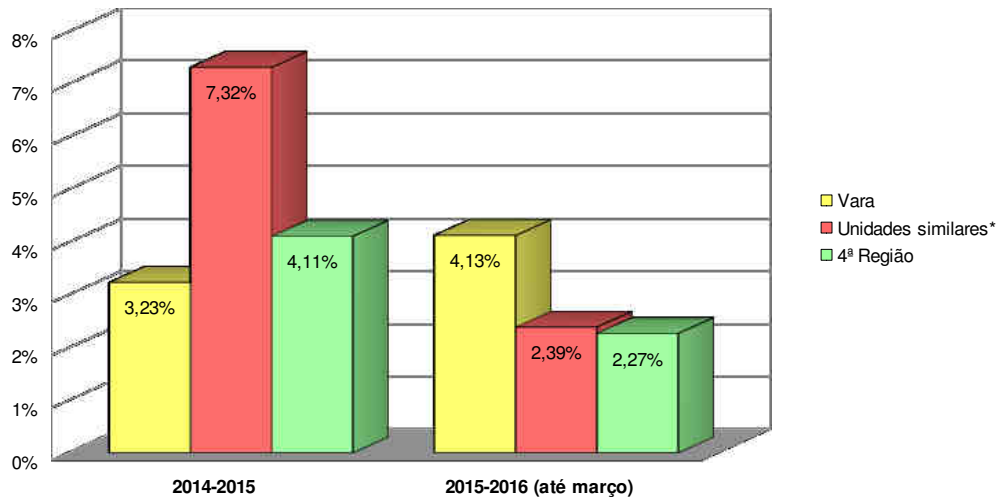
*** Consideram-se finalizados os processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais: a) remetidos a outra Vara ou a órgão jurisdicional pertencente a tribunal diverso, para execução; b) arquivados definitivamente; c) as Execuções Provisórias em Autos Suplementares apensadas aos autos principais.

No ano de 2015, houve majoração de 3,23% de processos tramitando na Unidade Judiciária. Em números de processos, a execução foi a fase que mais contribuiu para o aumento desse estoque (acréscimo de 92 processos). Ademais, as informações do quadro acima demonstram aumento do acervo em todas as fases processuais, exceto no número de cartas precatórias e de ordem pendentes de devolução no período sob análise.

Apesar do aumento registrado, a variação do acervo de processos na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi menor que os resultados apresentados pelas demais Unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que avançou 7,32%, e da média de toda 4ª Região no período, quando registrada uma elevação de 4,11% dos processos em tramitação. Por sua vez, no período de janeiro a março de 2016, o estoque de processos tramitando novamente avançou – 4,13%, índice acima da média das Unidades com tramitação processual de 1.501 a 2.000 processos por ano, bem como da média regional no período, como aponta o gráfico abaixo:



Variação do acervo de processos tramitando



3.3 FASE DE CONHECIMENTO

3.3.1 Processos Pendentes de Solução

	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Casos novos	1.419	1.383	-2,54%	384	-72,23%
Sentenças anuladas/reformadas	11	14	27,27%	4	-71,43%
Processos solucionados (com e sem resolução de mérito)*	1.518	1.097	-27,73%	372	-66,09%
Processos pendentes de solução	893	1.159	29,79%	1.163	0,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

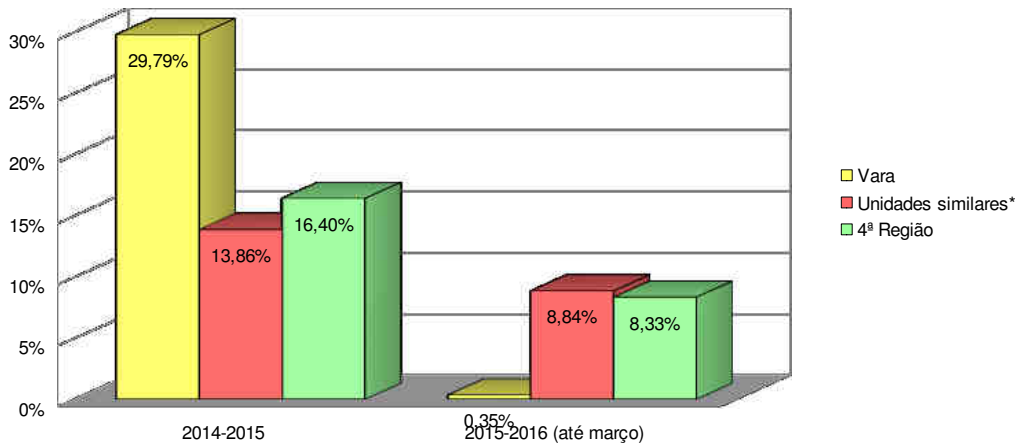
* Consideram-se solucionados, na fase de conhecimento, os processos em que proferida decisão com ou sem resolução de mérito

No ano de 2015, registrou-se uma elevação de 29,79% no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento em relação ao período anterior (de 893 para 1.159 processos). Referido aumento foi superior à média das unidades de mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação de 13,86% em seus processos pendente), bem como superou à média de todo o regional (onde o número de processos pendentes na fase de conhecimento avançou 16,40%). O principal motivo para o aumento do resíduo de processos na fase de conhecimento foi a drástica redução de 27,73% no número de processos solucionados (de 1.518, em 2014, para 1.097, em 2015).

Outrossim, os dados dos três primeiros meses de 2016 apontam um novo aumento, de 0,35%, no estoque de processos pendentes na fase de conhecimento. Esse índice foi inferior tanto à média das unidades com tramitação processual similar (8,84%), quanto à média de toda a 4ª Região no mesmo período de 2016 (8,33%), conforme demonstrado no gráfico abaixo:



Variação dos processos pendentes na fase de conhecimento



Ainda quanto aos processos pendentes de solução na fase de conhecimento, verifica-se que a maior parte destes (49,44%) se encontrava aguardando encerramento da instrução processual em 31.12.2015. Além disso, convém destacar que, no período de 31.12.2014 a 31.03.2016, o número de processos aguardando a prolação de sentença com prazo vencido avançou de 81 para 183. Especificações no quadro abaixo:

Situação dos processos pendentes na fase de conhecimento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Aguardando 1ª sessão de audiência	140	262	87,14%	262	0,00%
Aguardando encerramento da instrução	596	573	-3,86%	701	22,34%
Aguardando prolação de sentença – no prazo	76	123	61,84%	17	-86,18%
Aguardando prolação de sentença – com prazo vencido	81	201	148,15%	183	-8,96%
TOTAL	893	1.159	29,79%	1.163	0,35%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

3.3.2 Processos solucionados em relação aos distribuídos* e em relação aos pendentes de julgamento**

Processos solucionados em relação aos distribuídos					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 3ª Vara	106,98%	79,32%	-25,85%	96,88%	22,13%
Unidades similares*	86,02%	89,46%	4,00%	74,68%	-16,52%
TRT4 - 1ª Instância	85,97%	89,11%	3,66%	75,96%	-14,76%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

* Fórmula: [número de processos solucionados / processos recebidos]



Em 2015, foram solucionados na Unidade Judiciária 79,32% dos processos distribuídos no mesmo período, constatando-se uma redução de 25,85% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 10,14 e 9,79 pontos percentuais, respectivamente.

Processos solucionados em relação ao total de processos pendentes de julgamento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 3ª Vara	62,52%	48,20%	-22,91%	24,11%	-49,98%
Unidades similares*	55,92%	54,87%	-1,87%	19,89%	-63,76%
TRT4 - 1ª Instância	55,85%	55,20%	-1,16%	20,26%	-63,30%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

** Fórmula: [número de processos solucionados / (resíduo anterior + processos recebidos)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo de processos pendentes do período anterior, o índice de processos julgados pela 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo foi de 48,20% do número total de processos pendentes de julgamento, resultado 22,91% inferior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho foi superado pela média das demais unidades da mesma faixa de movimentação processual em 6,67 pontos percentuais, e menor que média de toda a 4ª Região em 7 pontos percentuais.

3.3.3 Processos Solucionados

Processos solucionados							
Tipo de solução		2014		2015		2016 31/03/2016)	
		QTD	%	QTD	%	QTD	%
Com exame de mérito	Conciliação	583	38,41	474	43,21	109	583
	Julgado procedente	23	1,52	22	2,01	9	23
	Julgado procedente em parte	680	44,8	368	33,55	145	680
	Julgado improcedente	110	7,25	89	8,11	59	110
	Extinto	7	0,46	5	0,46	5	7
	Outras decisões	0	0	0	0	0	0
	SUBTOTAL	1.403	92,42	958	87,33	327	1.403
Sem exame de mérito	Extinto	30	1,98	34	3,1	17	30
	Arquivamento (art. 844 CLT)	48	3,16	70	6,38	18	48
	Desistência	10	0,66	34	3,1	7	10
	Outras decisões	27	1,78	1	0,09	3	27
	SUBTOTAL	115	7,58	139	12,67	45	115
TOTAL		1.518	100	1.097	100	372	1.518



(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

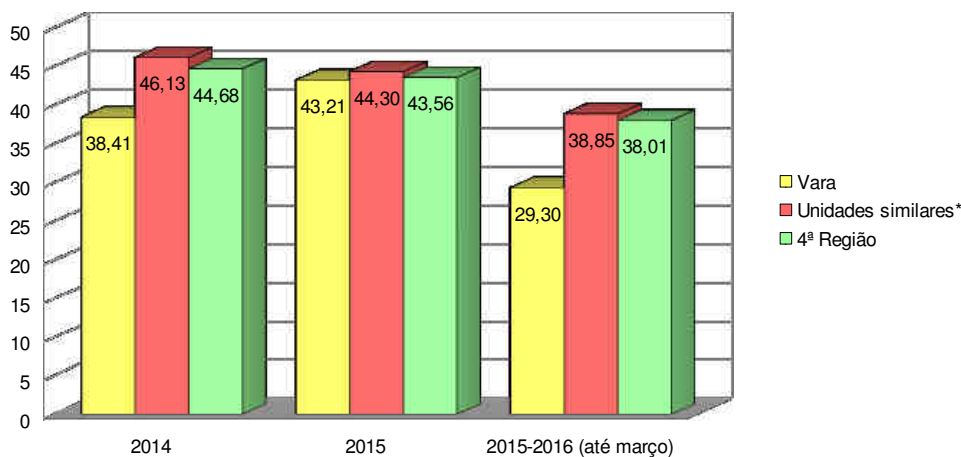
Verificou-se diminuição de 421 processos solucionados na Unidade Judiciária em 2015, na comparação com o ano anterior, o que representa um decréscimo de 27,73%. Essa queda destoa, negativamente, das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual (as quais registraram uma elevação média de 2,60% no número de processos solucionados na comparação com o ano de 2014) e da média de todo o regional – que, em 2015, apresentou um aumento de 8,13% no número de processos solucionados em relação ao ano anterior.

Dentre os tipos de solução, verificou-se grande queda no número de decisões com resolução de mérito na Unidade. Excluídas as homologações de acordo, no ano de 2014 foram proferidas 820 decisões com resolução de mérito na Unidade; em 2015, esse número alcançou 484 decisões, representando uma redução de 40,98%. Dessa forma, o desempenho da Unidade nesse quesito foi de encontro ao resultado médio obtido no conjunto das demais varas similares, cuja média aumentou 8,33%, bem como da média das unidades de primeira instância de toda a 4ª Região, que avançou 7,56%.

Ademais, a análise do quadro acima demonstra queda do número de processos solucionados por conciliação na Unidade Judiciária. Em 2014, o número de conciliações na fase de conhecimento foi de 583, representando 38,41% dos processos solucionados. Já em 2015, o número total de conciliações caiu para 474, correspondendo a 43,21% das soluções na fase de conhecimento – índice similar à média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, que foi de 44,3%, e à média regional de 2015, que foi de 43,56%, conforme explicitado no gráfico que segue. No entanto, não se pode deixar de relacionar o aumento do índice de acordos na fase de execução à visível redução no número de processos solucionados no período. Dessa forma, não pode ser considerado positivo, neste caso, o aumento do percentual de conciliações.

Por fim, constata-se que entre janeiro e março do corrente ano, o índice de processos solucionados mediante acordo na fase de conhecimento foi de 29,30%, resultado abaixo da média das unidades com movimentação similar e da média regional no período, conforme explicitado no gráfico que segue:

Percentual de conciliações nos processos solucionados





3.4 FASE DE LIQUIDAÇÃO

3.4.1 Processos pendentes de liquidação

Liquidações					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Iniciadas	298	358	20,13%	102	-71,51%
Encerradas	298	341	14,43%	45	-86,80%
Pendentes	161	164	1,86%	219	33,54%
Arquivo Provisório	0	1	-	1	0,00%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

O número de processos pendentes na fase de liquidação avançou de 161, em 2014, para 164, em 2015, importando em uma elevação de 1,86%. Esse percentual, no entanto, foi inferior à média das demais unidades com tramitação processual similar, cujo aumento foi de 10,05%, bem como do índice de toda a primeira instância da 4ª Região, cujo estoque de processos pendentes na fase de liquidação aumentou 5,88%.

Um dos principais motivos dessa elevação foi o aumento de 20,13% no número de liquidações iniciadas na Unidade na comparação entre esses dois períodos. Impende salientar, entretanto, que a Unidade conseguiu incrementar o número de liquidações encerradas em 2015 em 14,43%, evitando, dessa forma, uma elevação maior do estoque de liquidações pendentes.

Nos três primeiros meses de 2016 houve avanço de 55 processos pendentes na fase de liquidação em relação a 31.12.2015 - o que corresponde a um aumento de 33,54%, índice muito superior ao das unidades similares à correccionada, que foi de 3,76%, e à média regional, que foi de 2,18%.

3.4.2 Liquidações encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Liquidações encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 3ª Vara	100,00%	95,25%	-4,75%	44,12%	-53,68%
Unidades similares*	84,69%	89,42%	5,59%	80,29%	-10,20%
TRT4 - 1ª Instância	88,03%	88,43%	0,46%	81,81%	-7,49%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

* Fórmula: [número de liquidações encerradas / número de liquidações iniciadas]

Em 2015 foram encerradas na Unidade Judiciária 95,25% das liquidações iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 4,75% em relação ao índice do ano anterior. Por outro lado, o índice da Unidade foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 5,83 e 6,82 pontos percentuais, respectivamente.



Liquidações encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 3ª Vara	63,40%	65,70%	3,63%	16,92%	-74,25%
Unidades similares*	56,00%	55,23%	-1,37%	22,07%	-60,04%
TRT4 - 1ª Instância	55,95%	54,32%	-2,92%	22,21%	-59,11%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

** Fórmula: [número de liquidações encerradas / (liquidações pendentes do período anterior + liquidações iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de liquidações encerradas pela 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi de 65,70% do número total de liquidações a encerrar – resultado 3,63% superior ao verificado no ano anterior. Esse desempenho superou a média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e a média geral do TRT4 em 10,47 e 11,38 pontos percentuais, respectivamente.

3.5 FASE DE EXECUÇÃO

3.5.1 Processos Pendentes na Fase de Execução

		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Entrada	Iniciadas	456	572	25,44%	66	-88,46%
	Desarquivadas para prosseguimento	6	1	-83,33%	2	100,00%
Saídas	Encerradas	382	423	10,73%	100	-76,36%
	Arquivadas Provisoriamente	34	31	-8,82%	7	-77,42%
Pendentes	Exclusivamente crédito previdenciário	49	37	-24,49%	28	-24,32%
	Demais	620	736	18,71%	700	-4,89%
	Total	669	773	15,55%	728	-5,82%
Saldo no arquivo Provisório		54	83	53,70%	88	6,02%

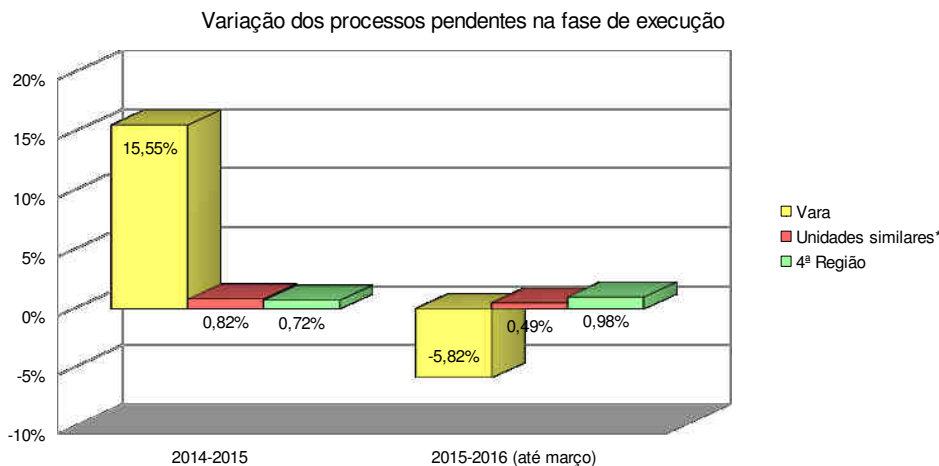
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

Em 2015, o estoque de execuções pendentes na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo subiu de 669 para 773 processos, o que corresponde a uma elevação de 15,55% em relação ao ano anterior. Esse índice foi bastante superior às médias apresentadas tanto pelas unidades com tramitação similar (que registraram aumento de 0,82%) quanto pelo conjunto de todas as unidades de 1ª instância da 4ª Região no período em questão (a qual registrou uma elevação de 0,72%). O principal fator a contribuir para essa elevação foi o aumento de 25,44% no número de execuções iniciadas na Unidade em relação ao ano de 2014. Destaca-se, por relevante, que também houve aumento, de 10,73%, no número de execuções encerradas (de 382, em 2014, para 423, em



2015) – percentual insuficiente, no entanto, para evitar o aumento do estoque de processos pendentes na fase de execução. Além disso, a Unidade vem registrando aumento no saldo de processos arquivados provisoriamente, o que indica redução da efetividade na fase de execução.

Por sua vez, os dados colhidos no período de janeiro a março de 2016 apontam queda de 5,82% no estoque de processos pendentes na fase de execução, resultado que destoou, positivamente, do resultado das unidades com tramitação similar e da média regional no mesmo período, conforme apontado no gráfico abaixo.



3.5.2 Execuções encerradas em relação às iniciadas* e em relação ao total pendente de encerramento**

Execuções encerradas em relação às iniciadas					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 3ª Vara	83,77%	73,95%	-11,72%	151,52%	104,89%
Unidades similares*	98,23%	79,12%	-19,45%	74,80%	-5,46%
TRT4 - 1ª Instância	95,90%	80,03%	-16,54%	67,51%	-15,64%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

* Fórmula: [número de execuções encerradas / número de execuções iniciadas]

Em 2015, foram encerradas na Unidade Judiciária 73,95% das execuções iniciadas no mesmo período, constatando-se uma redução de 11,72% em relação ao índice do ano anterior. Ademais, o índice da Unidade foi inferior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 5,17 e 6,08 pontos percentuais, respectivamente.

Execuções encerradas em relação ao total pendente de encerramento					
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Passo Fundo – 3ª Vara	34,70%	32,66%	-5,86%	10,85%	-66,80%



Unidades similares*	15,10%	14,08%	-6,76%	4,01%	-71,51%
TRT4 - 1ª Instância	15,51%	15,39%	-0,79%	3,94%	-74,38%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

** Fórmula: [número de execuções encerradas / (execuções pendentes do período anterior + número de execuções iniciadas)]

Quando considerado na base de cálculo o resíduo pendente do ano anterior, o índice de execuções encerradas pela 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo em 2015 foi de 32,66% do número total de execuções a encerrar – resultado 5,86% menor que o verificado no ano anterior. Em contrapartida, esse desempenho foi superior à média das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual e à média geral do TRT4 em 18,58 e 17,27 pontos percentuais, respectivamente.

3.5.3 Banco Nacional de Devedores Trabalhistas

	BNDT				
	2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Processos com inclusão de devedor no BNDT	321	213	-33,64%	94	-55,87%
Processos com exclusão de devedor no BNDT	246	179	-27,24%	56	-68,72%
Saldo de processos com devedores inscritos no BNDT	287	324	12,89%	353	8,95%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

O Banco Nacional de Devedores Trabalhistas – BNDT, banco de dados de pessoas físicas e jurídicas devedoras inadimplentes em processo de execução trabalhista definitiva, foi organizado para expedição da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. A fim de que se mantenham fidedignas as informações prestadas pela CNDT, impõe-se a atenção das Unidades Judiciárias de primeiro grau aos procedimentos de inclusão, alteração e exclusão de dados dos executados no referido banco de dados.

Nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011, os atos relacionados à alteração da condição e exclusão do devedor no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) devem ser realizados com prioridade pelas Unidades Judiciárias. Para verificação do pleno cumprimento desse item pela 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo, foi realizado um cotejo entre a listagem de execuções encerradas definitivamente desde 01.01.2012 e a listagem do saldo de processos com devedores ainda inscritos no BNDT em 31.03.2016. Dessa consulta, resultou uma lista de **04 processos** com execução encerrada definitivamente e que ainda possuem devedores inscritos no BNDT, cuja situação processual se encontra relacionada abaixo:



1	
Processo nº 0020167-65.2014.5.04.0663	
Situação processual: Em 22.09.2015, foi homologado a conciliação realizada entre as partes. Em 28.10.2015, foi proferido despacho determinando o lançamento dos valores devidos em decorrência do descumprimento do acordo. Em 19.11.2015, foi juntada petição comprovando o depósito dos valores devidos. Em 20.01.2016, foi proferida sentença de extinção da execução. Em 19.02.2016, os autos foram arquivados definitivamente, sem registro de débitos. Histórico BNDT: Em 10.11.2015, a reclamadas LUIZ CELETZKI CONSTRUÇOES LTDA – ME e SIGA ARQUITETURA E ENGENHARIA LTDA – ME tiveram seus dados inseridos no BNDT com a informação com garantia da execução.	
2	
Processo nº 0000495-71.2014.5.04.0663	
Situação processual: Em 12.02.2016, foi determinada a expedição de alvarás, a exclusão das reclamadas do BNDT e o arquivamento dos autos. Em 15.04.2016, foi inserido no sistema informatizado o andamento “extinta a execução”, mesma data em que os autos foram arquivados definitivamente. Histórico BNDT: Em 28.01.2016, as reclamadas Snt Locação de Máquinas e Serviços Ltda., Sulvami Antônio Pradegan e Maiara Pradegan tiveram seus dados incluídos no BNDT com a informação “com garantia total do juízo”. Em 15.04.2016, foram excluídas as informações do BNDT somente em relação as duas primeiras reclamadas.	
3 e 4	
Processo nº 0001044-89.2011.5.04.0662 e nº 0108400-30.2003.5.04.0661	
Situações processuais similares à da reclamatória nº 0000495-71.2014.5.04.0663.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 22.04.2016)

Sinala-se, finalmente, que é do conhecimento desta Corregedoria que o sistema e-Gestão não está extraindo as informações de exclusão de devedores no BNDT nos processos judiciais eletrônicos (PJe-JT). Já foram solicitadas informações ao Comitê Gestor do e-Gestão acerca da matéria.

3.6 INCIDENTES PROCESSUAIS

	Incidentes processuais								
	2014			2015			2016 (até 31.03)		
	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes	Rece- bidos	Julga- dos	Pen- dentes
Embargos de declaração	259	228	45	151	143	39	56	46	52
Antecipações de tutela	58	37	20	126	81	43	49	48	31
Impugnações à sentença de liquidação	29	46	21	46	31	38	24	16	53
Embargos à execução	88	109	49	106	78	68	36	55	73
Embargos à arrematação	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Embargos à adjudicação	0	0	0	0	1	0	0	0	0



Exceções de pré-executividade	4	0	6	3	2	7	1	2	6
Total	438	420	141	432	337	195	166	167	215

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

Com base nos dados do quadro acima, constatou-se que foram recebidos 432 incidentes processuais em 2015 na Unidade Judiciária, o que corresponde a uma pequena redução de 1,37% em relação ao ano anterior. Percebe-se, também, que o número de incidentes processuais julgados caiu 19,76% na comparação entre os anos de 2014 e 2015, passando de 420 para 337; em face disso, o número total de incidentes processuais pendentes de decisão em 31.12.2015 aumentou de 141 para 195 (majoração de 38,30%). Destaca-se, por fim, que, em 31.03.2016, o saldo de incidentes processuais pendentes de decisão alcançou 215 processos, 10,26% superior ao do final do período anterior – sendo que os embargos à execução são a espécie que correspondem à maior parte (33,95%) dos incidentes ainda pendentes.

Ainda em relação aos incidentes processuais pendentes de decisão, constatou-se que alguns foram apresentados há mais de seis meses sem que fossem os autos feitos conclusos ao Juiz e/ou sem registro de sua decisão conforme apontamentos no quadro abaixo:

1	Processo nº 0020302-77.2014.5.04.0663
Situação processual: Em 26.10.2015, a reclamada Cobra Tecnologia S/A opôs embargos de declaração. Em 27.10.2015, a reclamante também opôs embargos de declaração. Em 04.11.2015, foi proferida decisão que julgou improcedentes os embargos de declaração da reclamada e parcialmente procedentes os da reclamante. No entanto, somente foi lançado o movimento de registro da decisão dos embargos do reclamante, motivo pelo qual o incidente apresentado pela reclamada permanece pendente de decisão até a presente data.	
2	Carta Precatória nº 0020047-22.2014.5.04.0663
Situação processual: Em 08.05.2015, foram apresentados embargos à execução/penhora pela reclamada. Em 12.05.2015, foi proferido despacho determinando a devolução da carta à origem para apreciação dos embargos à penhora. Em 12.05.2015, a carta foi remetida para o juízo deprecante. No entanto, o sistema e-Gestão continua computando o incidente apresentado como pendente no respectivo processo.	
3	Processo nº 0000199-20.2012.5.04.0663
Situação processual: Em 11.02.2015, o reclamante apresentou impugnação à sentença de liquidação. Em 23.02.2015, foi proferido despacho que não acolheu a impugnação, por não ser o momento oportuno para apresentação do incidente. No entanto, não foram lançados os andamentos processuais de conclusão e da decisão proferida, motivo pelo qual o incidente permanece pendente junto ao sistema e-Gestão até a presente data.	

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR e ao Sistema PJe-JT em 22.04.2016)

Assim, diante das informações processuais descritas, verificam-se distorções estatísticas no relatório de incidentes processuais pendentes de decisão na Unidade Judiciária, os quais decorrem de erros de lançamento de andamentos processuais no sistema informatizado.



4 PRAZOS MÉDIOS DE TRAMITAÇÃO

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

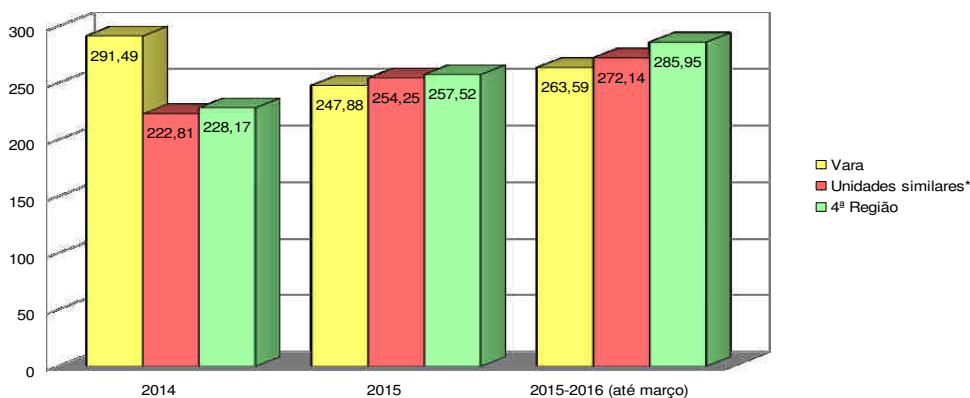
		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015-2016
Do ajuizamento da ação à prolação da sentença	Média Sumaríssimo	83,06	68,66	-17,34%	82,21	19,74%
	Média Ordinário	317,31	267,72	-15,63%	279,19	4,28%
	Média Geral	291,49	247,88	-14,96%	263,59	6,33%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo apresentou uma redução de 14,96%, passando de 291,49 para 247,88 dias. No rito sumaríssimo, o prazo médio registrou queda de 17,34% em relação à média do ano anterior, passando de 83,06 para 68,66 dias; por sua vez, o rito ordinário registrou um prazo médio de 267,72 dias, lapso 15,63% mais célere na comparação com 2014. Registra-se, ainda, que os dados estatísticos colhidos entre janeiro e março de 2016 apontam uma elevação de 6,33% no prazo médio de tramitação na fase de conhecimento.

Ademais, o lapso médio de tramitação processual total na fase de conhecimento na Unidade Judiciária em 2015 foi 2,50% mais célere (6,37 dias) do que a média das unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 3,74% mais ágil (9,64 dias) do que a média de toda as Unidades de 1ª instância do TRT4 – revertendo a situação verificada no ano de 2014, quando o prazo da fase de conhecimento na Unidade superou a média das unidades similares e a média da 4ª Região. Ademais, os dados dos primeiros três meses de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de conhecimento foi 3,14% mais curto (8,55 dias) que o verificado no conjunto das unidades de mesma faixa de tramitação processual, e 7,82% mais ágil (22,36 dias) que o da 4ª Região. Especificações no gráfico abaixo:

Prazo médio total - fase de conhecimento





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

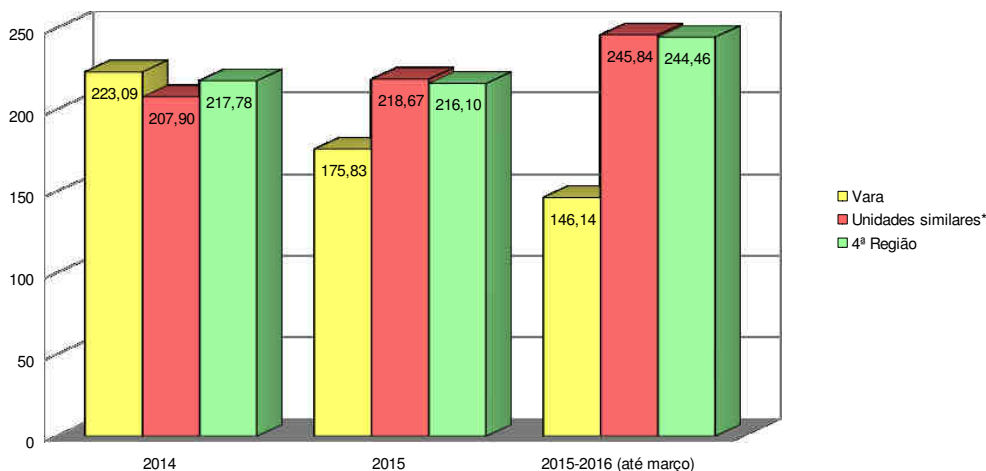
Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da liquidação	Média Sumaríssimo	201,24	153,94	-23,50%	119,5	-22,37%
	Média Ordinário	225,24	177,44	-21,22%	147,41	-16,92%
	Média Geral	223,09	175,83	-21,18%	146,14	-16,89%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

No ano de 2015, o prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da liquidação, no rito sumaríssimo, foi de 153,94 dias, o que equivale a uma redução de 23,50% em relação à média do ano anterior. Por sua vez, no rito ordinário o prazo médio alcançou 177,44 dias, lapso 21,22% mais célere na comparação com 2014. A seu turno, os dados do ano de 2016, colhidos de janeiro a março, apontam uma tendência de nova redução dos prazos médios entre o início e o encerramento da liquidação, tanto no tocante ao rito sumaríssimo quanto com relação ao rito ordinário.

Em face da queda registrada, constatou-se que o lapso de tramitação processual total na fase de liquidação na Unidade Judiciária em 2015 foi 19,59% mais célere (42,84 dias) que o desempenho de todas as Varas Trabalhistas constantes da mesma faixa de movimentação processual, e 18,63% mais ágil (40,27 dias) na comparação com a média da 1ª instância de toda a 4ª Região. Outrossim, os dados do período de janeiro a março de 2016 indicam que o prazo médio total da fase de liquidação foi 40,56% mais curto (99,70 dias) que as demais Unidades Similares, e 40,22% mais célere (98,32 dias) que o da 4ª Região, conforme apontado no gráfico abaixo.

Prazo médio total - fase de liquidação





4.3 FASE DE EXECUÇÃO

Prazos médios (em dias)						
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015- 2016
Do início ao encerramento da execução	Média Ente privado	292,97	362,21	23,63%	337,34	-6,86%
	Média Ente público	469,35	579,23	23,41%	885,33	52,85%
	Média Geral	322,97	384,81	19,15%	393,39	2,23%

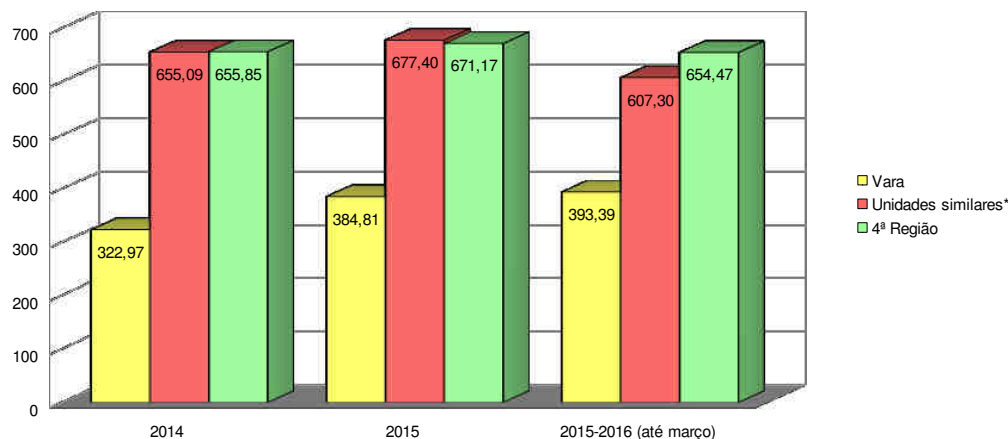
(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

O prazo médio decorrido entre o início e o encerramento da fase de execução, nos processos em que o executado era ente privado, avançou de 292,97 dias, em 2014, para 362,21 dias, em 2015. Em 2016 (janeiro a março), em contrapartida, a média recuou para 337,34 dias, prazo 6,86% menor que a do período anterior.

Por sua vez, quando o executado era ente público, o prazo médio de tramitação na fase de execução subiu de 469,35 dias, em 2014, para 579,23, em 2015. Outrossim, nos primeiros três meses de 2016, o lapso de tramitação avançou para 885,33 dias, que equivale a um aumento de 52,85% na comparação com 2015.

Na comparação com os dados das demais unidades constantes da mesma faixa de movimentação processual em 2015, apresentados no gráfico abaixo, constatou-se que o tempo de tramitação total na fase de execução na 3ª Vara do Trabalho de Passo Fundo foi 43,19% mais célere (292,59 dias), e prazo 42,66% mais curto (286,36 dias) que a média de toda a 4ª Região. Finalmente, verifica-se que nesses três primeiros meses de 2016, o prazo médio da Unidade foi 35,22% menor (213,91 dias) que a média das demais Unidades com movimentação processual similar, e 39,89% mais célere (261,08 dias) que o prazo apurado em toda a primeira instância da 4ª Região.

Prazo médio total - fase de execução





5 METAS

5.1 METAS DO CNJ – ANO DE 2015

5.1.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2015 CNJ			
Distribuídos até 31.12.2015	Solucionados até 31.12.2015	%	Resultado
1.383	1.097	79,32%	Meta não cumprida

5.1.2 Meta 2: “Identificar e julgar, até 31.12.2015, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2013”.

META 2/2015 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2013	Processos distribuídos até 31.12.2013 e julgados entre 1º.01.2014 e 31.12.2015	%	Resultado
991	988	99,70%	Meta cumprida

5.1.3 Meta 5: “Baixar, em 2015, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.

META 5/2015 CNJ			
Casos novos de execução em 2015	Execuções baixadas* em 2015	Grau de Cumprimento	Resultado
456	502	110,09%	Meta cumprida

* Segundo o Glossário das Metas de 2015, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.1.4 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2015 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2012, no primeiro grau, e até 31.12.2013, no segundo grau”.

META 6/2015 CNJ			
Ações coletivas não julgadas até 31.12.2012 (exceto os suspensos)	Ações coletivas distribuídas até 31.12.2012 e julgadas entre 1º.01.2013 e 31.12.2015	Grau de cumprimento	Resultado
14	14	100,00%	Meta cumprida

5.1.5 Meta 7: “Identificar e reduzir em 1,5% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.



META 7/2015 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2014		Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2014	Acervo de processos tramitando em 31.12.2015	Valor a ser alcançado	Resultado
1º	Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Meta cumprida
2º	Estado do Rio Grande do Sul	12	7	11	Meta cumprida
3º	Clinsul Mão de Obra e Representação Ltda. (Em Recuperação Judicial)	12	3	11	Meta cumprida
4º	Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	13	11	12	Meta cumprida
5º	União	15	90	14	Meta não cumprida
6º	OI S.A.	3	4	2	Meta não cumprida
7º	Proservi Serviços de Vigilância Ltda. (Em Recuperação Judicial)	10	4	9	Meta cumprida
8º	Caixa Econômica Federal - CEF	12	21	11	Meta não cumprida
9º	Banco do Brasil S.A.	16	17	15	Meta não cumprida
10º	Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0	Meta cumprida

5.1.6 Metas do CNJ específicas da Justiça do Trabalho em 2015:

a) “Para o 1º grau dos TRT que contabilizaram o prazo médio acima de 200 dias, reduzir em 1% o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento em relação ao ano base de 2014”.

META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 PRAZO MÉDIO DA FASE DE CONHECIMENTO				
Prazo médio TRT4 2014 – fase de conhecimento	Prazo médio na Unidade em 2014	Prazo médio da Unidade em 2015	Prazo médio que deveria ter sido alcançado em 2015	Resultado
228,17	291,49	247,88	288,57	Meta cumprida

b) “Aumentar em 1% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.



META ESPECÍFICA DA JUSTIÇA DO TRABALHO CNJ EM 2015 NÚMERO DE ACORDOS NA FASE DE CONHECIMENTO						
	2013	2014	Média 2013/2014	2015	Meta para 2015	Resultado
Total de acordos	560	583	571,5	474	578	Meta não cumprida

5.2 METAS DO CNJ – ANO DE 2016

5.2.1 Meta 1: “Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”.

META 1/2016 CNJ			
Distribuídos até 31.01.2016	Solucionados até 31/03/2016	%	Resultado parcial (até 31/03/2016)
384	372	96,88%	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta

5.2.2 Meta 2: “Julgar, até 31.12.2016, pelo menos, 90% dos processos distribuídos até 31.12.2014”.

META 2/2016 CNJ			
Processos não julgados até 31.12.2014	Processos distribuídos até 31.12.2014 e julgados entre 1º.01.2015 e 31/03/2016	%	Resultado parcial (até 31/03/2016)
996	991	99,50%	Meta já cumprida

5.2.3 Meta 3: “Aumentar em 2% o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação à média do biênio 2013/2014”.

META 3/2016 CNJ						
	2013	2014	Média 2013/2014	2016 (até 31/03/2016)	Meta para 2016	Resultado parcial (até 31/03/2016)
Total de acordos	560	583	571,5	109	583	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta
Média mensal de acordos	46,67	48,58	47,63	36,33	48,58	

5.2.4 Meta 5: “Baixar, em 2016, quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução”.



META 5/2016 CNJ			
Casos novos de execução em 2016	Execuções baixadas* em 2016 (até 31/03/2016)	Grau de Cumprimento	Resultado parcial (até 31/03/2016)
66	109	165,15%	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta

* Segundo o Glossário das Metas de 2016, execuções baixadas correspondem aos processos de execução baixados definitivamente (Consulta e-Gestão D.06), bem como aquelas execuções em que pendente apenas pagamento de precatório, ou que pende apenas pagamento de custas processuais.

5.2.5 Meta 6: “Identificar e julgar até 31.12.2016 as ações coletivas distribuídas até 31.12.2013, no primeiro grau, e até 31.12.2014, no segundo grau”.

META 6/2016 CNJ	
Ações coletivas distribuídas Até 31.12.2013 pendentes de solução	Resultado
0	Meta já cumprida

5.2.6 Meta 7: “Identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes em relação ao ano anterior”.

META 7/2016 CNJ					
Dez maiores litigantes TRT4, em 31.12.2015	Nº de processos tramitando na Unidade em 31.12.2015	Acervo atual (31/03/2016)	Número máximo de processos tramitando em 31.12.2016 para alcance da meta	Resultado parcial (até 31/03/2016)	
1º Wms Supermercados do Brasil Ltda.	0	0	0	Período de apuração insuficiente para verificar cumprimento da meta	
2º União	90	9	88		
3º Estado do Rio Grande do Sul	7	8	6		
4º Caixa Econômica Federal - CEF	21	19	20		
5º Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan	11	4	10		
6º OI S.A.	4	3	3		
7º Banco do Estado do Rio Grande do Sul	7	8	6		
8º Claro S.A.	4	5	3		
9º Hospital Nossa Senhora da Conceição	0	0	0		
10º Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	23	22	22		



6 AUDIÊNCIAS E DESEMPENHO DOS JUÍZES

6.1 PERIODICIDADE E COMPOSIÇÃO (MÉDIAS) DA PAUTA

A Unidade realiza sessões de audiências regularmente terças e quartas pela manhã e tarde, e nas quintas pela manhã. A composição média das sessões é especificada nos quadros abaixo.

Juíza Titular	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	6(I) 1(U) 3(P)	6(I) 1(U) 3(P)	-	-
Tarde	-	6(I) 1(U)* 4(P)	6(I) 1(U)** 4(P)	-	-

*Audiência unas de rito sumaríssimo ou CPI, conforme a necessidade

**Processos de execução para tentativa de conciliação são incluídos entre a pauta de iniciais e prosseguimento.

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 05.05.2016)

Juiz Auxiliar	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã	-	-	-	2(U) 5(P)	-
Tarde	-	-	-	-	-

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 05.05.2016)

Legenda:

I – Audiências iniciais de rito ordinário

U – Audiências unas de rito sumaríssimo

P – Audiências de prosseguimento

CPI – Cartas Precatórias Inquiritórias

E – Audiência de conciliação em processos em fase de execução

6.2 PAUTAS LIVRES

Tipo	Última Data Marcada		Próxima Data Livre	
	Juíza Titular	Juiz Auxiliar	Juíza Titular	Juiz Auxiliar
Inicial	08.06.2016	-	08.06.2016	-
Una Sumaríssimo	24.05.2016	-	25.05.2016	-
Instrução	14.02.2017	14.07.2016	01.06.2016*	02.06.2016
Tentativa de acordo em execução	**	-	-	-

*Data próxima em virtude de processos de instrução retirados da pauta que tiveram acordo.

**Conforme a necessidade ou por solicitação das partes ou viabilidade de acordo os processos são incluídos em pauta.

(Fonte: Informação da Diretora de Secretaria em 05.05.2016)



6.3 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS INICIAIS

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015- 2016
Do Ajuizamento da Ação até a Realização da 1ª Audiência	Média Sumaríssimo	37,50	43,25	15,32%	53,65	24,04%
	Média Ordinário	38,93	39,75	2,12%	61,23	54,04%
	Média Geral	38,77	40,08	3,38%	60,43	50,78%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

O prazo médio das audiências iniciais no rito sumaríssimo foi ampliado de 37,50 dias, em 2014, para 43,25 dias, em 2015 (aumento de 15,32%). Por sua vez, o prazo médio da audiência inicial do rito ordinário manteve-se estável (de 38,93 dias, em 2014, para 39,75 dias, em 2015). Sinala-se que, os dados parciais do ano de 2016, colhidos no período de janeiro a março, apontam elevação de 24,04% no prazo das audiências iniciais do rito sumaríssimo, e 54,04% nas do rito ordinário.

É oportuno esclarecer, ainda, que os prazos médios apontados pelo Sistema e-Gestão levam em consideração todos os eventuais adiamentos de audiências, o que pode aumentar a média verificada. O exame do tópico, portanto, deve ser realizado de forma conjunta com o item anterior, no qual constam informações sobre as pautas efetivamente disponíveis em consulta ao livro pauta no momento da inspeção.

6.4 PRAZO MÉDIO AUDIÊNCIAS DE ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO

		Prazos médios (em dias)				
		2014	2015	Variação 2014-2015	2016 (até 31/03/2016)	Variação 2015- 2016
Da Realização da 1ª Audiência até o Encerramento da Instrução	Média Sumaríssimo	40,98	14,29	-65,14%	12,79	-10,47%
	Média Ordinário	216,10	164,40	-23,92%	143,89	-12,47%
	Média Geral	197,55	146,98	-25,60%	128,76	-12,39%

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

As audiências de prosseguimento no rito sumaríssimo, quando necessário, tiveram o prazo reduzido de 40,98 dias, em 2014, para 14,26 dias, em 2015 (queda de 65,14%). Além disso, o rito ordinário registrou redução da média de 216,10 dias em 2014, para 164,40 dias, em 2015 (queda de 23,92%). Da mesma forma, os dados colhidos no período de janeiro a março de 2016 apontam para nova redução do prazo para encerramento da instrução processual, a contar da realização da primeira audiência.



6.5 AUDIÊNCIAS REALIZADAS

Juiz (a)	2015				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Diogo Souza	422	248	55	1	726
Flávia Cristina Padilha Vilande	111	111	11	2	235
Gabriela Lenz de Lacerda	0	11	0	0	11
Maurício Graeff Burin	65	37	9	0	111
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	0	3	1	0	4
Paula Silva Rovani Weiler	70	64	1	9	144
Rubiane Solange Gassen Assis	62	47	6	0	115
Sheila Spode	43	30	2	0	75
Taise Sanchi Ferrão	158	97	20	2	277
TOTAL	931	648	105	14	1.698

Juiz (a)	2016 (até 31/03/2016)				TOTAL
	Inicial	Instrução	Una	Conciliação	
Evandro Luís Urnau	0	10	4	0	14
Paula Silva Rovani Weiler	53	31	5	0	89
Raquel Hochmann de Freitas	252	121	29	0	402
TOTAL	305	162	38	0	505

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Por ocasião da correição constatou-se o adiamento da pauta designada para o dia 14.04.2016, sem que a Corregedoria tenha sido comunicada. Salienta-se que dentre os processos adiados, quatro tiveram as audiências designadas para 2017 (janeiro ou fevereiro), um para 28.06.2016 e um foi conciliado. A Diretora de Secretaria foi cientificada de que eventuais adiamentos de pautas devem ser comunicados à Corregedoria Regional, para fins informativos, conforme previsto no art. 4º, § 8º do Provimento nº 250/2016, da Corregedoria Regional.

No caso, o adiamento ocorreu em face do afastamento do Juiz Substituto Evandro Luís Urnau por licença-médica.

Para minimizar os prejuízos aos jurisdicionados provocados por tais adiamentos, devem as datas das audiências ser antecipadas para o prazo máximo de 30 dias em relação aos seguintes processos: 0020704-27.2015.5.04.0663, 0020823-85.2015.5.04.0663, 0020822-03.2015.5.04.0663 e 0020278-49.2014.5.04.0663.



6.7 ASSIDUIDADE DOS MAGISTRADOS

Em cumprimento ao disposto no art. 18, II, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho vigente até 15.03.2016 e no art.26, II, da Consolidação vigente a partir de 16.03.2016, a assiduidade dos magistrados foi verificada por meio das informações obtidas nos itens 2.1.4, 6.1 e 6.5 do presente relatório, e também por meio da visita correcional. Constata-se que, à exceção dos afastamentos listados no item 2.1.4, os juízes comparecem regularmente para realização de audiências e atuação na Unidade Judiciária.

6.8 PROCESSOS SOLUCIONADOS

2015						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Adriana Ledur	-	3	0	3	-	3
Andrea Saint Pastous Nocchi	-	2	0	2	-	2
Diogo Souza	165	54	0	219	48	267
Evandro Luís Urnau	-	7	0	7	-	7
Flávia Cristina Padilha Vilande	60	111	1	172	33	205
Gabriela Lenz de Lacerda	11	10	0	21	2	23
Laura Balbuena Valente Gabriel	-	7	0	7	-	7
Maurício Graeff Burin	24	3	0	27	5	32
Mauricio Joel Zanotelli	-	13	0	13	-	13
Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	-	15	0	15	-	15
Patrícia Bley Heim	1	5	0	6	-	6
Paula Silva Rovani Weiler	37	45	1	83	7	90
Rubiane Solange Gassen Assis	39	42	1	82	5	87
Sheila Spode	17	2	0	19	4	23
Táise Sanchi Ferrão	62	57	0	119	21	140
Valdete Souto Severo	-	13	0	13	-	13
TOTAL	416	389	3	808	125	933

2016 (até 31/03/2016)						
Juiz (a)	Com exame de mérito				Sem exame de mérito	Total de processos solucionados
	Conciliações	Julgados	Outras decisões	TOTAL	TOTAL	
Carolina Toaldo Duarte da Silva Firpo	-	3	0	3	-	3
Diogo Souza	-	42	1	43	-	43
Evandro Luís Urnau	5	4	0	9	-	9
Flávia Cristina Padilha Vilande	-	6	0	6	-	6
Leandro Krebs Gonçalves	1	6	0	7	-	7
Maurício Graeff Burin	-	22	0	22	-	22



Nelsilene Leão de Carvalho Dupin	-	3	0	3	-	3
Paula Silva Rovani Weiler	32	30	1	63	4	67
Raquel Hochmann de Freitas	71	64	3	138	39	177
Sheila Spode	-	13	0	13	1	14
Táise Sanchi Ferrão	-	20	0	20	1	21
TOTAL	109	213	5	327	45	372

(Fonte: Consulta ao Sistema e-Gestão em 22.04.2016)

6.9 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA HÁ MAIS DE 50 DIAS

Esta Corregedoria dá ênfase às sentenças não proferidas no prazo de 50 dias, em atenção ao §3º do art. 6º da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho e ao processo de Consulta 5202-74.2016.5.00.0000 do CSJT.

As apurações realizadas por meio do Projeto BI, com os dados consolidados até o dia 30.04.2016, registram **53** processos pendentes de prolação de sentença há mais de 50 dias com o Juiz **Diogo Souza** (a conclusão mais antiga ocorreu em 04.08.2015), **114** processos com a Juíza **Flávia Cristina Padilha Vilande** (conclusão mais antiga em 12.09.2014), **04** processos com a Juíza Substituta **Gabriela Lenz de Lacerda** (a conclusão mais antiga ocorreu em 18.11.2015), **01** processo com a Juíza Substituta **Laura Balbuena Valente Gabriel** (conclusão em 24.11.2015), **01** processo com o Juiz Substituto **Maurício Graeff Burin** (concluso desde 04.03.2016), **01** processo com a Juíza Substituta **Patrícia Bley Heim** (concluso desde 07.03.2016), **03** processos com a Juíza **Raquel Hochmann de Freitas** (a conclusão mais antiga ocorreu em 18.02.2016) e **08** processos com a Juíza Substituta zoneada **Táise Sanchi Ferrão** (conclusão mais antiga ocorreu em 14.10.2015).

Não se constataram processos pendentes de sentença há mais de 50 dias em relação aos demais juízes que atuaram na Unidade Judiciária.

No total, há **185** processos conclusos para sentença há mais de 50 dias na Unidade Judiciária.

(Fonte: Consulta ao Projeto BI TRT4 em 03.05.2016, com dados consolidados pelo Projeto até o dia 30.04.2016. Mais de 50 dias anteriores à data da consolidação dos dados: 10.03.2016)

7 ROTINAS DE SECRETARIA

As rotinas de secretaria são realizadas por tarefas.

7.1 EXPEDIÇÃO DE NOTIFICAÇÕES E OFÍCIOS

As notificações e ofícios são expedidas no prazo máximo de 10 dias após a determinação; quando urgentes, são feitas de imediato.

As notificações destinadas à Procuradoria Regional Federal são realizadas semanalmente.



7.2 EXPEDIÇÃO DE MANDADOS, PRECATÓRIOS E RPV'S

No dia da correição estavam sendo elaborados mandados relativos a despachos assinados em 25.04.2016.

7.3 EXPEDIÇÃO DE ALVARÁS

A expedição de alvarás está em dia.

7.4 DESPACHOS DE PROTOCOLO

No dia da correição estavam sendo analisadas as petições protocoladas no dia 04.05.2016.

7.5 CERTIFICAÇÃO DE PRAZO

Na data da visita correcional estavam sendo movimentados os processos com prazo expirado em 29.04.2016.

7.6 REMESSA DE AUTOS AO TRT

A remessa de processos ao TRT é realizada uma vez por semana ou, quando necessário, duas vezes.

7.7 CONVÊNIOS

A Unidade utiliza regularmente todos os convênios disponíveis. Não havia processos pendentes na data da visita correcional.

7.8 ARQUIVAMENTO DE PROCESSOS

O arquivamento de processos é realizado quinzenalmente.

7.9 PROCEDIMENTO EM RELAÇÃO AO BNDT

A inscrição no BNDT é feita logo após a negativa do BacenJud, e a retirada ocorre após a expedição dos alvarás, observado o prazo legal para impugnação.

7.10 EXAME DOS LIVROS

7.10.1 Advogados – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0143300-60.2008.5.04.0662	01.02.2016	2 meses e 13 dias
2	0000965-73.2012.5.04.0663	15.02.2016	1 mês e 28 dias
3	0001232-45.2012.5.04.0663	16.02.2016	1 mês e 27 dias



4	0000267-96.2014.5.04.0663	22.02.2016	1 mês e 22 dias
5	0000535-53.2014.5.04.0663		
6	0001086-04.2012.5.04.0663	24.02.2016	1 mês e 20 dias
7	0000106-57.2012.5.04.0663		
8	0000906-85.2012.5.04.0663	29.02.2016	1 mês e 15 dias
9	0000768-84.2013.5.04.0663	15.03.2016	29 dias
10	0000641-15.2014.5.04.0663	21.03.2016	23 dias
11	0001123-31.2012.5.04.0663	01.04.2016	13 dias

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016)

De registrar que, apesar de advertida no relatório da correição ordinária de 2015, a Unidade Judiciária não adotou o procedimento de cobrar regularmente os processos com carga vencida, permitindo que os autos permaneçam longos períodos sem possibilidade de consulta e/ou movimentação, prática essa danosa aos princípios da celeridade e da razoável duração do processo.

7.10.2 Peritos – Cargas Vencidas há mais de 10 dias

	Processo	Prazo	Tempo Excedido para Devolução dos Autos
1	0001383-11.2012.5.04.0663 ¹	23.03.2016	21 dias
2	0000531-50.2013.5.04.0663 ¹		
3	0000170-33.2013.5.04.0663 ¹		
4	0001083-49.2012.5.04.0663 ¹		
5	0000685-05.2012.5.04.0663 ¹		
6	0000573-33.2012.5.04.0664 ¹		
7	0000694-30.2013.5.04.0663 ¹		

(Fonte: Consulta ao Sistema inFOR em 13.04.2016)

¹ Deferida a dilação de prazo requerida pelo perito sem, no entanto, informação da nova data para devolução dos autos no sistema.

8 EXAME DOS PROCESSOS

Para as análises realizadas nos itens seguintes, foram extraídas duas listagens distintas no sistema inFOR. No item 8.1, são analisados 12 autos físicos, escolhidos a partir da listagem de 50 processos aleatórios gerada pelo Sistema e disponibilizada para fins de correição à Assessoria Jurídica da Corregedoria. Para a análise do item 8.2, extraiu-se do sistema inFOR, em 13.04.2016, uma listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, a qual totalizou **340 processos**. Esse item verifica, por amostragem, a correção dos andamentos lançados pela Unidade Judiciária.



8.1 ANÁLISE DOS PROCESSOS FÍSICOS

1	0000422-02.2014.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora de 30 dias no lançamento da certidão de cálculos (fls. 164-5).	
2	0001434-22.2012.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: certidão de inclusão de pessoas no polo passivo firmada por estagiária (fls. 263v e capa do segundo volume). Movimentação processual: demora no lançamento de certidão de cálculos (fls. 276-7; ordem dia 22.02 e cumprimento dia 11.03.2016).	
3	0001968-40.2010.5.04.0661
Aspectos gerais dos autos*: verso da fl. 590 em branco sem inutilização. Movimentação processual: demora na execução de atos processuais (fls. 549-51 e 555-7; ordem dia 14.01 e cumprimento dia 21.01.2015).	
4	0000616-02.2014.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora na conclusão de petição (fls. 153-5; protocolo em 18.05 e conclusão em 28.05.2016).	
5	0000079-06.2014.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora no cumprimento de despachos (fls. 105-11 - despacho dia 25.05 e cumprimento dia 24.07.2015 e segs.; fls. 116-7 - despacho em 12.11 e cumprimento em 27.11.2015; fls. 137-8 – despacho em 12.01 e cumprimento em 11 e 18.03.2016). Principal entrave: liquidação e execução.	
6	0000085-13.2014.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: certidão firmada por estagiária (fl. 274). Movimentação processual: nada a apontar.	
7	0000835-15.2014.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora na juntada de laudo pericial (fls. 268v e 269 – protocolo em 27.03 e juntada em 09.04.2015).	
8	0000217-07.2013.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: certidão com difícil legibilidade, especialmente quanto à data e identificação do servidor – fl. 93v. Movimentação processual: demora no cumprimento de despacho (fls.168-170 - despacho dia 04.02 e cumprimento dia 03.03.2016).	
9	0000560-66.2014.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora no cumprimento de despachos (fls.106-8 - despacho dia 17.06 e cumprimento dia 16.07.2016; fls. 116 e 117 superior esquerda – despacho em 14.10 e cumprimento em 18.11.2015).	
10	0000673-54.2013.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora no cumprimento de despachos (fls. 117 e 141-5 – despacho em 29.05 e cumprimento dias 24.07.2015 e segs.).	
11	0000449-19.2013.5.04.0663
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora no lançamento de certidão de cálculos (fls. 273-5; ordem dia 18.12.2015 e cumprimento dia 11.02.2016).	
12	0000494-31.2010.5.04.0662
Aspectos gerais dos autos*: nada a apontar. Movimentação processual: demora no cumprimento de despachos (fls. 117 e 141-5 – despacho em 29.05 e cumprimento dias 24.07.2015 e segs.).	



* Os **aspectos gerais dos autos** são analisados a partir do início do período correccionado, em janeiro de 2015.

8.2 IRREGULARIDADES NOS ANDAMENTOS NO INFOR

No quadro abaixo são listadas as **práticas irregulares** da Unidade quando do registro de andamentos no INFOR, auferidas no exame da listagem de processos sem movimentação há mais de 30 dias, extraída em 13.04.2016.

Ausência de prazo final do acordo ou acordo com prazo vencido – Processos Exemplos:	
0000547-67.2014.5.04.0663	0000501-15.2013.5.04.0663
0001275-79.2012.5.04.0663	
Autos conclusos / retirados em carga pelo Juiz somente por andamento interno – Processos Exemplos:	
0000445-45.2014.5.04.0663	0000431-61.2014.5.04.0663
0000470-58.2014.5.04.0663	0000684-49.2014.5.04.0663
0000766-80.2014.5.04.0663	0000779-79.2014.5.04.0663
0000076-51.2014.5.04.0663	0001168-35.2012.5.04.0663
0001523-22.2010.5.04.0661	0000374-43.2014.5.04.0663
0000418-62.2014.5.04.0663	0001097-73.2011.5.04.0661
0000584-94.2014.5.04.0663	
Demora no impulso processual – Processos Exemplos:	
0000010-42.2012.5.04.0663	0173800-75.2009.5.04.0662
0000820-88.2010.5.04.0662	0000674-47.2010.5.04.0662
0000588-68.2013.5.04.0663	0000588-68.2013.5.04.0663
0000422-70.2012.5.04.0663	0001354-98.2011.5.04.0661
0000766-17.2013.5.04.0663	0000406-56.2011.5.04.0662
0000221-81.2012.5.04.0662	0173900-30.2009.5.04.0662
Registros desatualizados – Processos Exemplos:	
0127000-89.2009.5.04.0661	0068600-82.2009.5.04.0661
0000862-09.2011.5.04.0661	0170500-45.2008.5.04.0661
0036500-11.2008.5.04.0661	
Execução reunida, suspensão do processo ou processo reunido a outro sem registro no INFOR – Processos Exemplos:	
0000164-89.2014.5.04.0663	
Processo aguardando remessa ao TRT para julgamento do(s) recurso(s) – Processos Exemplos:	
0000494-31.2010.5.04.0662	



8.3 EXAME DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que a Unidade Judiciária **observa** a norma contida no art. 18, I, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, de que trata do pronunciamento explícito nos autos acerca do exame dos pressupostos de admissibilidade dos recursos encaminhados ao Tribunal. Salienta-se que a referida Consolidação vigeu até 15.03.2016, por quase todo o período correccionado. De todo modo, a nova Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, em seu art. 26, I, repete “*ipsis litteris*” o art. 18, I, supracitado.

8.4 LIBERAÇÃO DE DEPÓSITO RECURSAL

Na conferência física dos processos remetidos a esta Corregedoria, constatou-se que o Juiz, imediatamente após a liquidação da sentença, uma vez apurado crédito de valor inequivocamente superior ao do depósito recursal, **determina** a pronta liberação deste em favor do credor de ofício ou a seu requerimento.

8.5 CITAÇÃO DO(S) SÓCIO(S) EM CASO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA DA EXECUTADA

Por ocasião da correição, a Diretora de Secretaria informou que, como medida cautelar, é realizada a tentativa de bloqueio via BacenJud antes da citação dos sócios.

9 PROCESSO JUDICIAL ELETRÔNICO - PJe

Conforme Cronograma de Implantação do Processo Judicial Eletrônico deste Regional aprovado pelo TST, o PJe foi implantado na Unidade Judiciária em 17.09.2014.

Foram analisados alguns agrupadores e caixas representativos da movimentação e gerenciamento, pela Secretaria, dos processos que tramitam no meio eletrônico. A análise foi efetuada remotamente em duas oportunidades, nos dias 03.05.2016, remotamente, e 05.05.2016, quando da inspeção correccional, na Unidade Judiciária. A posição, na data da visita correccional, é a que segue:

Agrupador	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
Processos com petições avulsas	-	-	-
Com habilitações não lidas	125	0020242-36.2016.5.04.0663	27.03
Com pedido liminar ou de antecipação de tutela não apreciado	-	-	-
Com petições não apreciadas	05	0020532-85.2015.5.04.0663	29.04
Mandados devolvidos OJ	05	-	04/05
Aguardando encaminhamento secretário de audiência	105	-	-

Pasta	Fase	Quantidade de Processos	Mais antigo	Data
-------	------	-------------------------	-------------	------



Apreciar urgentes	-	-	-	-
Apreciar dependência	1-Conhecimento	01	0020525-59.2016.5.04.0663	04.05
Aguardando cumprimento de providência	1-Conhecimento	90	0020085-34.2014.5.04.0663	23.10.2015
Aguardando término dos prazos	1-Conhecimento	118	-	-
Análise do Conhecimento	1-Conhecimento	-	-	-
Controle de Sobrestamento/Suspensão	1-Conhecimento	01	0020026-12.2015.5.04.0663	15.07.2015
Controle manual do prazo pós sentença	1-Conhecimento	-	-	-
Prazos vencidos	1-Conhecimento	11	0020690-43.2015.5.04.0663	27.04
Triagem inicial	1-Conhecimento	04	0020502-19.2016.5.04.0662	02.05
Aguardando cumprimento de providência	2-Liquidação	04	-	-
Aguardando término dos prazos	2-Liquidação	02	-	-
Análise de Liquidação	2-Liquidação	01	0020088-52.2015	05.05
Prazos vencidos	2-Liquidação	02	0020441-92.2015.5.04.0662	03.05
Preparar comunicação	2-Liquidação	04	0020841-09.2015.5.04.0663	15.04
Aguardando cumprimento de providência	3-Execução	28	CartaPrec 0020211-16.2016.5.04.0663	04.04
Aguardando término dos prazos	3-Execução	18	0020036-90.2014.5.04.0663	04.04
Analisar expediente da secretaria	3-Execução	01	0020199-70.2014.5.04.0663	05.05
Análise de Execução	3-Execução	-	-	-
Análise do Sobrestamento	3-Execução	04	ExFis 0020231-41.2015.5.04.0663	10.12.2015
Iniciar Execução	3-Execução	01	0020518-67.2016.5.04.0663	03.05
Prazos vencidos	3-Execução	02	0020065-09.504.0663	03.05
Preparar comunicação	3-Execução	05	0020286.2014.5.04.0663	18.04

(Fonte: Consulta ao Sistema PJe em 03/05/2016 e na data da correição 05/05/2016)

Percebe-se que o agrupador “Com petições avulsas” possuía 13 processos em 03.05 e nenhum no dia da correição, e o “Com petições não apreciadas” reduziu de 46 para 05, a demonstrar um esforço da Unidade para atualizar a movimentação processual no período que antecedeu a inspeção. De todo modo, os prazos mais antigos no dia 03.05, nos referidos agrupadores, eram 28 e 26.04.2016, respectivamente, evidenciando que os prazos estão sendo bem administrados. Em relação ao agrupador “Com petições não apreciadas”, cumpre esclarecer que, à exceção do consignado no quadro acima, são todos de 05.05.2016. A par disso, chama atenção o elevado número de processos constante do agrupador “Com Habilitações nos Autos Não Lidas”, sendo as mais antigas de 08.03.2016, o que indica que esta tarefa, especificamente, não é regularmente atualizada. O mesmo pode ser dito no tocante ao agrupador “Aguardando encaminhamento do secretário de



audiências”, no qual o processo 0020559-74.2015.5.04.0661, por exemplo, foi movido à tarefa “Aguardando cumprimento de acordo ou pagamentos” e desde o dia 03.05 está na tarefa “Arquivo definitivo”. Vale lembrar a importância de manter os agrupadores atualizados, o que facilita o controle da movimentação dos processos.

De outra parte, a Vara está bem organizada em relação às tarefas e caixas criadas no interior das tarefas, o que facilita a visualização e compreensão dos andamentos processuais executados nos processos eletrônicos. Apenas algumas considerações:

No processo 0020273-27.2014.5.04.0663 (tarefa aguardando cumprimento de providência liquidação), o despacho de remessa ao perito para elaboração de cálculo foi proferido em 21.03, mas o profissional só foi comunicado (e-mail) em 01.04.2016, e o prazo de 20 dias para apresentação do laudo já transcorreu sem qualquer cobrança por parte da Secretaria da Vara.

No processo 0020088-52.2015.5.04.0663 (tarefa aguardando término dos prazos liquidação), o prazo para manifestação sobre os cálculos de liquidação terminou em meados de fevereiro, e não saiu automaticamente da tarefa; o feito ainda não teve impulso processual.

No processo 0020881-91.2015.5.04.0662 (tarefa prazo vencido liquidação) esgotou o prazo para manifestação do reclamante em 20.04.2016, e o feito não teve impulso processual, com apreciação do cálculo apresentado pela reclamada.

O processo referido no quadro acima, em “preparar comunicação”, na fase liquidação, está, na verdade, a aguardar prazo, estando, pois, em tarefa inadequada. Os demais processos constantes da mesma tarefa estão pendentes desde os dias 03, 04 e 05.05.2016.

De outra parte, percebe-se que o período de tempo entre o encerramento da instrução e a transferência do processo correspondente para a tarefa “Minutar sentença” observa a previsão do art. 228 do novo CPC (art. 190 do CPC revogado). Nesse sentido, cita-se, por amostragem, os processos da subpasta “Rozi Engelke” (0020370-56.2016.5.04.0663), subpasta “Flavia Cristina Padilha Vilande” (0020088-86.2014.5.04.0663) e subpasta “Diogo Souza” (0020307-02.2014.5.04.0663).

De forma contrária, observa-se que nos processos 0020155-51.2014.5.04.0663, 0020038-26.2015.5.04.0663, ambos da subpasta “Diogo Souza”, transcorreu período superior a 30 dias entre o encerramento da instrução e a transferência do processo correspondente para a tarefa “Minutar sentença”. Tal situação, cumpre salientar, distorce os dados estatísticos da Unidade no que refere aos processos pendentes de sentença.

10 CONSIDERAÇÕES SOBRE A UNIDADE

A Unidade encontra-se bem organizada e possui excelentes instalações, contemplando dois gabinetes para juízes. Apesar da adesão parcial dos servidores à greve, que perdurou de 16.06.2015 a 01.10.2015, e posteriormente férias de parte dos servidores, as rotinas de secretaria elencadas no item 7 demonstram uma boa movimentação processual. Em relação ao PJe, a par das situações pontuais apontadas no item 09 supra, a Unidade também apresenta um bom fluxo de trabalho.



Na análise dos dados estatísticos, constata-se que houve um aumento de 3,23% no acervo de processos em tramitação em relação ao ano anterior. As demais unidades constantes na mesma faixa de movimentação processual, nesse mesmo período, apresentaram percentuais bem superiores nos seus acervos de processos. Verifica-se a necessidade de a Unidade Judiciária dar especial atenção à solução de processos na fase de conhecimento. A redução significativa no número de decisões com resolução de mérito e de acordos verificada em 2015 gerou significativo aumento no número de processos pendentes na fase de conhecimento.

No que tange à movimentação processual, constata-se que nas fases de conhecimento e execução ocorreu uma elevação considerável no número de processos em relação ao ano de 2014, inclusive com percentuais superiores àqueles obtidos pelas unidades similares à Vara e aos do TRT4.

É importante a unidade efetuar a constante verificação e correção dos incidentes processuais no sistema informatizado, uma vez que tais dados possuem reflexos inclusive nos processos de promoções dos Magistrados.

Ademais, os prazos médios de tramitação na fase de conhecimento e liquidação são bons, mostrando-se um pouco mais céleres na comparação com as unidades com tramitação processual similar. O prazo médio da fase de execução, apesar de não estar de acordo com os parâmetros do CNJ (conforme meta específica para a Justiça do Trabalho no ano de 2015, em que foi usado o parâmetro de 200 dias para tramitação médio nos tribunais) e ter aumentado 19,15% em relação ao ano anterior, encontra-se bem abaixo da média das unidades com a mesma movimentação e do Regional.

É oportuno destacar os ótimos prazos médios das audiências iniciais e prosseguimento.

Registra-se, ainda, que apesar do expressivo número de processos que tramita na Unidade, existe empenho e comprometimento dos servidores, fatores que se refletem no reduzido prazo para apreciação do protocolo, certificação do prazo e cumprimento de despachos.

Destaca-se o empenho dos juízes que atuaram na unidade durante o período correccionado, pelo expressivo número de audiências iniciais realizadas, demonstrando o comprometimento com a prestação jurisdicional.

Por fim, constatou-se como fator positivo e que reflete no bom andamento do trabalho, a integração entre a gestora e os servidores. Assim, a Unidade merece ser parabenizada pelo ótimo andamento do trabalho.

11 RECOMENDAÇÕES

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Recomenda-se que, periodicamente, sejam consultadas as tabelas do sistema e-Gestão para verificação dos incidentes processuais há mais de seis meses pendentes de decisão, com correção dos andamentos informatizados, quando for o caso.



ITEM 5.2.1 (Meta CNJ 1/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta, considerando-se que o número de processos solucionados em 2015 foi inferior ao número de processos distribuídos no mesmo período (item 5.1.1), de forma que a meta CNJ 1/2015 não foi cumprida pela Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.3 (Meta CNJ 3/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que empreenda esforços para o aumento do número de conciliações neste ano, de forma a atingir a referida meta, considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.6, b).

ITEM 5.2.4 (Meta CNJ 5/2016)

Considerando-se que a meta correspondente do ano de 2015 não foi cumprida (item 5.1.3), recomenda-se à Unidade Judiciária que envide esforços no arquivamento definitivo do maior número de execuções possível, sugerindo-se incremento na marcação de audiências para tentativa de conciliação, bem como a utilização dos convênios disponibilizados por este TRT4 (Bacen Jud, HOD, Infojud, RENAJUD, JUCERGS, CEEE, INFOSEG, etc.) a fim de simplificar os atos processuais da fase de execução. Recomenda-se ainda que sejam tomadas providências para que a revisão final do processo e o seu arquivamento definitivo sejam rotinas prioritárias da Unidade Judiciária.

ITEM 5.2.6 (Meta CNJ 7/2016)

Recomenda-se à Unidade Judiciária que adote as medidas necessárias para o cumprimento dessa meta neste ano, considerando-se que a correspondente do ano de 2015 não foi cumprida em relação a 40% dos maiores litigantes (item 5.1.5).

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Recomenda-se à Unidade que mantenha todos os agrupadores atualizados, bem como verifique periodicamente a tarefa “Aguardando término dos prazos”, para evitar que se repita o ocorrido no processo 0020088-52.2015.5.04.0663.

12 DETERMINAÇÕES GERAIS

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária:



- a) efetue a devida anotação quando houver garantia da execução (por depósito, bloqueio de numerário ou penhora de bens suficientes devidamente formalizada) no respectivo campo do sistema informatizado;
- b) sempre que determinada a extinção da execução ou o arquivamento dos autos, verifique a situação dos executados em relação ao BNDT, evitando, assim, as situações descritas no item 3.5.3.

ITEM 8.1 (Análise dos Processos Físicos)

Determina-se que a Unidade Judiciária:

- a) adote o procedimento correto quanto à inutilização de folhas em branco, consoante o art. 71 da CPCR;
- b) objetivando a certeza dos atos processuais, observe a correta elaboração de termos e certidões, de maneira legível, fazendo constar a data (art. 148 da CPCR e art. 58 da CPCG) e evitando lacunas e espaços em branco (art. 171 do CPC), certificando-se, ainda, de que estejam devidamente assinados e identificado o signatário (art. 150 da CPCR e arts. 57 e 58 da CPCG);
- c) atente para os prazos previstos para a prática dos atos processuais e cumpra, de imediato, as determinações contidas nos despachos, conforme determina o art. 190 do CPC.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Determina-se à Unidade Judiciária que:

- a) observe o prazo de 05 dias de que trata o artigo 228 do novo CPC, evitando situações como a dos processos 0020881-91.2015.5.04.0663 e 0020273-27.2014.5.04.0663, em especial na fase de liquidação;
- b) observe o prazo de um dia estabelecido no artigo 228 do novo CPC para lançar conclusos os autos para sentença, notadamente em relação ao Juiz Diogo Souza.

13 DETERMINAÇÕES ESPECÍFICAS

13.1 SECRETARIA

ITEM 3.5.3 (Banco Nacional de Devedores Trabalhistas)

Determina-se que a Unidade Judiciária que:

- a) efetue a exclusão dos devedores do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas (BNDT) no processo nº 0020167-65.2014.5.04.0663 (duas reclamadas), com o registro no campo “quitado” na respectiva aba do sistema inFOR. Destaca -se que esse procedimento deve ser sempre efetuado com prioridade, nos termos do art. 2º do Provimento Conjunto nº 19, da Presidência e da Corregedoria Regional do TRT4, de 27.12.2011;
- b) diante do despacho proferido em 12.02.2016, e do arquivamento definitivo do processo, sem registro de débito pela reclamada, justifique a Secretaria a



manutenção dos dados do devedor solidário/subsidiário junto ao BNDT no processo nº 0000495-71.2014.5.04.0663. Em caso de equívoco, deverá ser registrada a quitação do débito no sistema inFOR para exclusão dos dados do BNDT; caso contrário, deverá ser excluído o andamento que registrou o arquivamento definitivo do processo e substituído pelo arquivamento provisório, com registro do débito da reclamada; o mesmo procedimento deverá ser realizado em relação ao terceiro reclamado no processo nº 0001044-89.2011.5.04.0662 e ao segundo reclamado no processo nº 0108400-30.2003.5.04.0661;

- c) em face do determinado no item "b" acima, solicita-se especial atenção da Unidade, quando do lançamento da quitação do débito e da exclusão das reclamadas do BNDT, no registro de pagamento do débito em relação a todas as reclamadas constantes do polo passivo, em caso de quitação integral do débito por uma delas.

ITEM 3.6 (Incidentes Processuais)

Determina-se que a Unidade Judiciária, a fim de sanar as distorções estatísticas verificadas:

- a) antes do encaminhamento do processo para assinatura da decisão dos embargos declaratórios, deve-se fazer o registro do resultado do julgamento, **selecione um ou mais dos movimentos disponíveis (de acordo com a quantidade de EDS julgados)**; considerando que somente foi registrado a solução dos embargos de declaração da parte autora, e que o processo nº 0020302-77.2014.5.04.0663 se encontra na instância superior para apreciação de recurso, determina-se para correção das pendências informadas que seja adotado o seguinte procedimento: 1. Retirar o processo da tarefa "Aguardando apreciação da instância superior", clicando no botão "Recebimento de instância superior"; 2. A partir da Análise do Conhecimento, encaminhar o processo para minutar a decisão dos embargos de declaração, registrando a conclusão para o magistrado vinculado à pendência no e-Gestão; 4. Após, deve-se selecionar o movimento correspondente ao julgamento dos embargos. No editor de textos, sugere-se inserir conteúdo indicando que aquele ato se refere a um ajuste de movimentação processual; 5. Encaminhar o processo para assinatura pelo magistrado; 6. Após a assinatura, o processo será movimentado para a tarefa "Preparar comunicação". Deve-se, então, clicar em "Cancelar", e o processo retornará à Análise do Conhecimento. Verificar se os movimentos relativos ao julgamento de ED foram registrados, e, da Análise do Conhecimento, deve-se enviar o processo para "Remeter ao 2o Grau – Conhecimento"; 7. Nessa tarefa, deve-se cadastrar um nó de desvio, e, após localizar o processo, abrir a tarefa e selecionar a próxima ação "Aguardando apreciação da instância superior";
- b) para que não permaneçam pendentes de decisão junto ao sistema e-gestão os incidentes apresentados em cartas precatórias do PJe-JT cuja análise compete ao juízo deprecante, deverá ser lançado o movimento **Baixado o incidente/recurso “(nome do incidente)” sem decisão**. Tal procedimento deverá ser observado na carta nº 0020047-22.2014.5.04.0663;



- c) lance os andamentos informatizados, com data retroativa, relativos à conclusão e à extinção da impugnação à sentença de liquidação apresentada pelo reclamante no processo nº 0000199-20.2012.5.04.0663.

ITENS 6.3 (Prazo médio das audiências iniciais)

Determina-se que, quando da organização da pauta de audiências, a Unidade observe o caráter prioritário dos processos do rito sumaríssimo, e adote as providências necessárias para o cumprimento do prazo de 15 dias para designação da audiência inicial, estabelecido no art. 852-B, III, da CLT, assim como que não seja excedido o lapso de 40 dias para marcação de audiências iniciais.

ITENS 7.10.1 e 7.10.2 (Advogados e Peritos – Cargas vencidas há mais de 10 Dias)

Determina-se a cobrança dos autos com prazo de devolução excedido há mais de 10 dias, listados nos itens 7.10.1 e 7.10.2 deste relatório correcional, bem como a redução do lapso para esse fim, em cumprimento ao disposto no art. 51, § 1º, da CPR.

ITEM 8.2 (Irregularidades nos andamentos no InFOR)

A listagem apontou **340 processos sem movimentação há mais de 30 dias**. Desta totalidade, excetuam-se os processos em situação regular (aguardam cumprimento de acordo, julgamento de Agravo de Instrumento ou Recurso de Revista, pagamento de precatório, andamento de outros processos, estão com prazo em andamento, suspensos/sobrestados/conclusos ou sendo movimentados pela Secretaria). Determina-se que a Unidade Judiciária regularize, com a maior brevidade possível, os andamentos processuais abaixo exemplificados **e todos que estejam em situação similar**. Para tanto:

- a) indique o prazo final dos acordos homologados ou certifique seu vencimento em processos como os de nº 0000547-67.2014.5.04.0663, 0000501-15.2013.5.04.0663, 0001275-79.2012.5.04.0663, dentre outros;
- b) utilize o andamento correto para fazer os autos conclusos ou registrar carga ao Juiz em processos como os de nº 0000445-45.2014.5.04.0663, 0000431-61.2014.5.04.0663, 0000470-58.2014.5.04.0663, 0000684-49.2014.5.04.0663, 0000766-80.2014.5.04.0663, 0000779-79.2014.5.04.0663, 0000076-51.2014.5.04.0663, 0001168-35.2012.5.04.0663, 0001523-22.2010.5.04.0661, 0000374-43.2014.5.04.0663, 0000418-62.2014.5.04.0663, 0001097-73.2011.5.04.0661, 0000584-94.2014.5.04.0663, dentre outros;
- c) tome as providências necessárias para dar prosseguimento ao feito em processos como os de nº 0000010-42.2012.5.04.0663, 0173800-75.2009.5.04.0662, 0000820-88.2010.5.04.0662, 0000674-47.2010.5.04.0662, 0000588-68.2013.5.04.0663, 0000588-68.2013.5.04.0663, 0000422-70.2012.5.04.0663, 0001354-



- 98.2011.5.04.0661, 0000766-17.2013.5.04.0663, 0000406-56.2011.5.04.0662, 0000221-81.2012.5.04.0662, 0173900-30.2009.5.04.0662, dentre outros;
- d) efetue a remessa de autos ao TRT como dos processos de nº 0000494-31.2010.5.04.0662, dentre outros;
- e) atualize os registros de processos como os de nº 0127000-89.2009.5.04.0661, 0068600-82.2009.5.04.0661, 0000862-09.2011.5.04.0661, 0170500-45.2008.5.04.0661, 0036500-11.2008.5.04.0661, dentre outros;
- f) registre, se for o caso, a suspensão ou reunião em execução quanto a processos como o de nº 0000164-89.2014.5.04.0663, dentre outros.

ITEM 9 (Processo Judicial Eletrônico – PJe)

Determina-se à Unidade Judiciária que cobre os autos do perito no processo 0020273-27.2014.5.04.0663 e impulse os processos 0020088-52.2015.5.04.0663 e 0020881-91.2015.5.04.0663.

13.2 MAGISTRADOS

ITEM 6.6 ADIAMENTO DE PAUTA

Determina-se que sejam antecipadas as datas das audiências de instrução, designando uma data dentro de 30 dias, nos seguintes processos: 0020704-27.2015.5.04.0663, 0020823-85.2015.5.04.0663, 0020822-03.2015.5.04.0663 e 0020278-49.2014.5.04.0663.

ITEM 6.9 (Sentenças com Prazo Excedido)

Determina-se que os Juízes **Diogo Souza, Flávia Cristina Padilha Vilande, Gabriela Lenz de Lacerda, Laura Balbuena Valente Gabriel, Maurício Graeff Burin, Patrícia Bley Heim, Raquel Hochmann de Freitas e Taise Sanchi Ferrão** profiram as sentenças nos processos conclusos há mais de 50 dias com a maior brevidade possível, devendo ser observada a cronologia da data de conclusão, priorizando aqueles há mais tempo pendentes de julgamento.

O Juiz Diogo Souza deve, em 05 dias, apresentar plano de trabalho para efetiva redução de seu resíduo.

A Juíza Flávia Cristina Padilha Vilande deve apresentar plano de trabalho para efetiva redução de seu resíduo no prazo de 5 dias, dando preferência aos embargos de declaração.

A Juíza Substituta Gabriela Lenz de Lacerda deve proferir suas sentenças atrasadas no prazo de 10 dias.

A Juíza Substituta Laura Balbuena Valente Gabriel deve proferir sua pendência em 05 dias.

O Juiz Substituto Maurício Graeff Burin deve proferir sua sentença atrasada no prazo de 05 dias.



A Juíza Substituta Patrícia Bley Heim deve proferir sua sentença atrasada no prazo de 05 dias.

A Juíza Raquel Hochmann de Freitas deve proferir suas sentenças atrasadas no prazo de 10 dias.

A Juíza Substituta Taíse Sanchi Ferrão deve apresentar plano de trabalho para efetiva redução de seu resíduo no prazo de 5 dias.

O cumprimento dessas determinações será acompanhado pela Secretaria desta Corregedoria, mediante expediente próprio.

14 PRESENCAS

Além do tempo destinado à conclusão da inspeção e ao contato direto com a Juíza Titular, a Diretora de Secretaria e os servidores da Unidade Judiciária, a Corregedora Regional esteve na 1ª Vara Trabalho de Passo Fundo no dia 04.05.2016, das 11h às 12h, à disposição das partes, advogados, peritos e de quaisquer interessados para tratarem de questões referentes às Unidades Judiciárias desse Foro. Compareceram os representantes da OAB/RS Subseção local, recebidos em grupo, os advogados Flávio Benvegno Júnior, Gilberto Pens, Juliano Kaiser, Renan Dutra, Luciano de Araújo Migliavacca e Morgana Bordignon. Elogiaram o atendimento e funcionamento da Secretaria, contudo, manifestaram inconformidade com os adiamentos de pauta para um ano. O Dr. Renan Dutra questionou, ainda, o adiamento da audiência de instrução em determinado processo, de 14.04.2016 para janeiro/2017, questão tratada no item 6.6 supra. Estiveram, ainda, os advogados Ademar Toffoli, Patrícia Pádua e Jamile Moyses, os quais manifestaram preocupação com o atraso na prolação de algumas sentenças e comentaram a informação prestada pelas Secretarias das 3ª e 4ª Varas, criando expectativas aos reclamantes ao informar os valores brutos, quando devidos somente os valores líquidos. Também compareceram os Procuradores da Fazenda Pública Marcelo Polo e Marcos Paulo Sandri requerendo a uniformidade do prazo para contestação em anulação de auto de lançamento. Por fim, compareceram representantes da Rádio Planalto e do Jornal Diário da Manhã.

15 PRAZO PARA RESPOSTA

15.1 A Diretora de Secretaria deverá cientificar os servidores lotados na Unidade Judiciária das recomendações e das determinações contidas neste Relatório de Inspeção, estabelecendo-se o prazo de 30 dias para comunicação pormenorizada à Assessoria Jurídica da Corregedoria (exclusivamente pelo e-mail assjcor@trt4.jus.br) sobre a adoção das medidas necessárias ao integral suprimento de cada uma das inconsistências detectadas, inclusive quanto a cada um dos processos especificados.

15.2 Os Juízes Diogo Souza, Flávia Cristina Padilha Vilande, Gabriela Lenz de Lacerda, Laura Balbuena Valente Gabriel, Maurício Graeff Burin, Patrícia Bley Heim, Raquel Hochmann de Freitas e Taíse Sanchi Ferrão deverão atender as determinações respectivas constantes deste relatório, observados os prazos estipulados.



16 ENCERRAMENTO

Registra-se a cordialidade dispensada pela Juíza Titular, Rozi Engelke, pela Diretora de Secretaria, Marlene Lúcia Dill Rizzato, e pelos servidores presentes na Unidade Judiciária, prestando importante colaboração para o bom encaminhamento da inspeção correcional. E, para os devidos fins, é por mim, Guy de Bruchard, Assessor Jurídico da Corregedoria, lavrado o presente Relatório, que é assinado pela Corregedora Regional.

A presente ata foi assinada e publicada nesta data em razão da participação da Corregedora Regional no curso da ENAMAT, de 10 a 13.05.2016, bem como no COLEPRECOR, nos dias 18 e 19.05.2016.

Maria da Graça Ribeiro Centeno
Corregedora Regional